

JULIO CESAR DE LARA TEIXEIRA

**ADEQUAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MELHORIA DOS CONTROLES
INTERNOS DA EMPRESA X, ATUANTE NO RAMO DA FABRICAÇÃO DE
PIPOCAS E SALGADINHO, PARA A REALIZAÇÃO DE AUDITORIA INTERNA,
VISANDO RESPALDAR A TOMADA DE DECISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de MBA em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cesar Severo Peixe

**CURITIBA
2009**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças do auditor interno versus externo.....	16
Quadro 2 - Balanço Patrimonial dos Três Quadrimestres de 2008.	33
Quadro 3 - Demonstração do Resultado do Exercício 2008	34
Quadro 4 - Apuração Pelo Lucro Real Cfe Dre	43
Quadro 5 - Apuração dos Tributos Base Lucro Presumido	43

RESUMO

TEIXEIRA, J. C. L. Adequação de Ferramentas de Melhoria dos Controles Internos da Empresa X, Atuante no Ramo da Fabricação de Pipocas e Salgadinho, para a Realização de Auditoria Interna, Visando Respaldar a Tomada de Decisão. A auditoria surgiu da necessidade, que tinham os investidores e o mercado, de verificar a veracidade das informações contábeis. A evolução da tecnologia, dos processos, dos negócios e do mercado em geral, tornou necessário um maior controle das normas e procedimentos internos, surgindo então a auditoria interna, feita por um empregado da empresa, que passa a ser responsável pelo exame dos procedimentos contábeis e operacionais da empresa. O auditor interno atua na verificação dos controles internos e na melhoria contínua dos mesmos, além de auxiliar em outras partes operacionais, como o controle de qualidade ou administração de pessoal, devendo possuir certa independência em relação à quem ele audita. Dentro deste universo, foi escolhida a empresa X, que faz uma contabilidade voltada a atender o Fisco e que não possui controles internos confiáveis, capazes de atender as necessidades da tomada de decisão. Na situação problematizadora ressalta-se que pela falta de controles adequados, a empresa fica mais suscetível a fraudes, furtos e erros que diminuem a lucratividade e que podem chegar a impedir a continuidade do negócio. O objetivo principal do trabalho é fazer uma auditoria interna na empresa X, apontando os pontos a serem melhorados, buscando a verificação do atendimento à legislação vigente e demonstrando que a contabilidade é uma ferramenta eficaz para respaldar a tomada de decisão. Para atender ao objetivo principal surgem os objetivos específicos deste trabalho: verificar o cenário existente; adequar as ferramentas de forma que as informações contábeis subsidiem futuras tomadas de decisões; demonstrar que um sistema de controle interno é capaz de propiciar um melhor gerenciamento da empresa; aperfeiçoar o sistema contábil para o correto atendimento da legislação, evitando problemas que possam onerar a empresa futuramente. Em relação às informações contábeis da Empresa X, nota-se uma disparidade entre os dados reais e os dados registrados na contabilidade da Indústria, fator preponderante na opção de se fazer um estudo à respeito da viabilidade e continuidade do negócio. Foi comprovado através da análise dos resultados, que mesmo se a empresa vier a optar pela tributação do Lucro Real terá possibilidades de auferir lucros, contudo a melhor opção seria a do Lucro Presumido, que atenderia a legislação vigente e faria com que a empresa tivesse um melhor gerenciamento dos recursos. O relatório da auditoria evidenciou os fatos contrários à legislação e propôs a adequação da empresa à legislação vigente. Aos empresários, responsáveis pela administração da Empresa X, ressalta-se que a contabilidade oferece a segurança necessária ao crescimento sustentável da empresa, além de atender às exigências legais.

Palavras-chave: Auditoria; Auditoria Interna; Controle Interno; Viabilidade.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	II
RESUMO	III
1. INTRODUÇÃO	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 HISTÓRICO E CONCEITO DA AUDITORIA.....	9
2.1.1 Histórico da Auditoria	9
2.1.2 Conceito de Auditoria	10
2.2 OBJETIVO E IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA.....	11
2.3 CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA	13
2.3.1 Auditoria Externa.....	14
2.3.2 Auditoria Interna	15
2.3.3 Comparativo entre Auditoria Interna e Externa	15
2.4 AUDITORIA INTERNA	17
2.4.1 Histórico da Auditoria Interna	17
2.4.2 Conceito e Objetivos da Auditoria Interna	18
2.4.3 Estrutura da Auditoria Interna.....	20
2.4.4 Planejamento da Auditoria Interna	20
2.4.5 Testes e Métodos Usados na Auditoria.....	21
2.4.6 Papéis de Trabalho	22
2.5 CONTROLE INTERNO	23
2.5.1 Conceito e Importância.....	23
2.5.2 Objetivos do Controle Interno.....	24
2.6 UTILIDADE FORMAL DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.....	25
4.5.1 Quanto ao Aspecto Legal.....	26
4.5.2 Quanto ao Aspecto Gerencial	26
4.5.3 Quanto ao Aspecto Social	27
2.7 SITUAÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL.....	27
3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO	29
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	29
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.3 QUANTO A ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS	30
3.4 COLETA, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	30

4. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO	31
4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA	31
4.2 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	32
4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	34
4.3.1 Análise Vertical do Balanço Patrimonial	35
4.3.2 Análise Horizontal do Balanço Patrimonial	36
4.3.3 Análise Vertical da Demonstração de Resultados do Exercício	37
4.3.4 Análise Horizontal da Demonstração de Resultados do Exercício	37
4.3.5 Análise de Índices	38
4.3.6 Conclusões da Análise das Demonstrações Contábeis	42
4.4 ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO.....	43
4.5 RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA.....	44
5. CONSIDERAÇÕES.....	46
6. REFERÊNCIAS.....	49
7. ANEXOS	50
7.1 ANEXO – I – TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS EM 2008.....	51
7.2 ANEXO – II – FICHAS DE CONTROLE DE ESTOQUE POR MÉDIA PONDERADA.....	54
7.3 ANEXO – III – FATURAS DO 1º QUADRIMESTRE DOS CIFS - ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ÁGUA.....	58
7.4 ANEXO – IV – TABELA DAS DEPRECIAÇÕES DA PRODUÇÃO	60
7.5 ANEXO – V – RATEIO DOS CUSTOS INDIRETOS	62
7.6 ANEXO – IV – VOLUME DE VENDAS E CPV DOS PRODUTOS	66
7.7 ANEXO – VII – FOLHA MENSAL DE PAGAMENTO - DPTO VENDAS	68
7.8 ANEXO –VIII – TABELA DE TAXA/ÍNDICE DO IGPM – CONVERSOR	70
7.9 ANEXO – IX – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL	72
7.10 ANEXO – X – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DRE	74
7.11 ANEXO – XI – ANÁLISE DE ÍNDICES	76
7.12 ANEXO –XII – GRÁFICOS DE REPRESENTATIVIDADE - ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	78

7.13 ANEXO – XIII – GRÁFICOS DE REPRESENTATIVIDADE - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	80
----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

1. INTRODUÇÃO

A auditoria surgiu da necessidade de verificar a veracidade das informações contábeis e conforme ALMEIDA (2003, p.25) “a auditoria externa ou auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista”, esta evolução ficou muito perceptível quando as empresas iniciaram sua expansão e aumentaram suas unidades, passando a necessitar de recursos para esta operacionalização. Para conseguirem captar recursos menos onerosos, que os empréstimos bancários, por exemplo, as empresas efetuaram a abertura do capital social, através do lançamento de ações no mercado, buscando novos acionistas e conseqüentemente conseguindo o capital que ela necessitava. Porém, os investidores necessitavam conhecer a realidade patrimonial e financeira da empresa, para verificar a possibilidade da mesma gerar lucros e conseqüentemente recuperar seus recursos num certo espaço de tempo.

Dentro deste cenário, surge o auditor independente, que fora uma imposição dos investidores, para atestar a veracidade das informações contábeis fornecidas pela administração da empresa. Como pré-requisito essencial, este profissional deveria ter reconhecida capacidade técnica e ser independente da empresa, para assegurar a segurança de sua avaliação.

A evolução da tecnologia, dos processos, dos negócios e do mercado em geral, fez com que as administrações das empresas sentissem a necessidade de maior controle às normas e procedimentos internos, pois ficará difícil supervisionar todas as operações pessoalmente, devido a grande diversificação e ao crescente aumento das mesmas com o passar do tempo. Surge então a auditoria interna, feita por um empregado da empresa, que passa a ser responsável pelo exame dos procedimentos contábeis e operacionais da empresa, devendo possuir certa independência em relação à quem ele audita. Ele atua na verificação dos controles internos e na melhoria contínua dos mesmos, além de auxiliar em outras partes operacionais, como o controle de qualidade ou administração de pessoal.

Após este breve histórico sobre a auditoria e sua importância no mundo empresarial, relata-se que ainda existem muitas empresas que não utilizam desta ferramenta para a gestão dos negócios e que possuem uma contabilidade deficitária, que visa atender somente a legislação, quando muito. Dentro deste universo, foi escolhida a empresa X, que, como a maioria das pequenas e micro empresas do

Brasil, possui uma contabilidade voltada a atender o Fisco e que não possui controles internos confiáveis, capazes de atender as necessidades da tomada de decisão. Ainda, dentro da situação problematizadora, ressalta-se que pela falta de controles adequados, a empresa fica mais suscetível a fraudes, furtos e erros que diminuem a lucratividade e que podem chegar a impedir a continuidade do negócio.

O empresário da empresa X, admite que ela não possui uma contabilidade gerencial, pois os custos de sua implantação e manutenção são elevados, além de, segundo ele, aumentarem o valor dos tributos que a empresa tem que recolher. Dentro deste impasse formulou-se o problema de pesquisa, o qual buscará responder a seguinte questão:

Como utilizar o controle interno para a tomada de decisão e como convencer o empresário?

A partir desta questão foi projetado o objetivo principal do trabalho, que é fazer uma auditoria interna na empresa X, apontando os pontos a serem melhorados, buscando a verificação do atendimento à legislação vigente e demonstrando que a contabilidade é uma ferramenta eficaz para respaldar a tomada de decisão.

Para atender ao objetivo principal serão elencados os objetivos específicos deste trabalho, que são respectivamente: verificar o cenário existente; adequar as ferramentas de forma que as informações contábeis subsidiem futuras tomadas de decisões; demonstrar que um sistema de controle interno é capaz de propiciar um melhor gerenciamento da empresa; aperfeiçoar o sistema contábil para o correto atendimento da legislação, evitando problemas que possam onerar a empresa futuramente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante da proposta inicial do trabalho far-se-á a seguir a fundamentação teórica, que tem por objetivo proporcionar uma visão geral sobre auditoria. Será apresentada suas origens, conceitos, importância, características, diferenças entre auditoria externa e interna, importância dos controles internos, entre outros assuntos que serão a base para o desenvolvimento deste estudo de caso.

2.1 HISTÓRICO E CONCEITO DA AUDITORIA

Apresentar-se-á um breve histórico da auditoria e seu conceito de acordo com a visão de alguns autores, buscando demonstrar quando e porque ela se tornou importante no desenvolvimento econômico a nível mundial.

2.1.1 Histórico da Auditoria

A auditoria tem início na Inglaterra, que foi a primeira a instituir a taxaçoão do imposto de renda com base nos lucros das empresas, surgindo a necessidade de se comprovar as informações fornecidas nos relatórios contábeis.

FRANCO E MARRA apresentam as causas do surgimento da auditoria:

A auditoria surgiu como conseqüência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaçoão do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que tem na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio. (FRANCO e MARRA, 1992, p. 33)

A profissão de auditor teve maior impulso com o desenvolvimento do capitalismo, que se deu a partir de 1900, fazendo da auditoria uma profissão propriamente dita.

Outro fator de suma importância na história da auditoria, aconteceu em 1934, nos Estados Unidos, com a criação do SEC (Securities and Exchange Commission) que é o órgão regulador do mercado de capitais norte-americano, equivalente à CVM no Brasil. Diante deste fato, cita ATTIE (1992, p. 34) "a profissão do auditor criou novo estímulo, pois as companhias que transacionavam ações na Bolsa de

Valores foram obrigadas a utilizar-se dos serviços de auditoria, para dar maior fidedignidade às suas demonstrações financeiras”.

No Brasil a auditoria teve influência de vários fatores, dentre eles citam-se: as filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras; a obtenção de financiamentos externos das empresas brasileiras; o crescimento das organizações e a necessidade de descentralização e diversificação das atividades econômicas. A evolução do mercado de capitais; a criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; a criação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) conforme a Lei nº 6.385 e a Lei das Sociedades Anônimas criada em 1976.

A CVM e a Lei das Sociedades Anônimas foram de grande importância na consolidação da auditoria no Brasil. Entre as determinações encontra-se na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, art. 177) a determinação de que as demonstrações financeiras ou contábeis das companhias abertas serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.1.2 Conceito de Auditoria

A auditoria é uma das diversas áreas de atuação do profissional contador e tem apresentado um crescimento significativo ao longo do tempo, principalmente devido às constantes mudanças nas empresas. A necessidade de uma opinião confiável fez com que os investidores e o mercado passassem a exigir auditorias externas nas organizações.

Conforme CREPALDI (2000, p. 27) a auditoria pode ser definida como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.”

Para ATTIE (1998, p. 25) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

FRANCO e MARRA definem auditoria como sendo:

A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os

princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. (FRANCO e MARRA, 1992, p. 22).

O surgimento de novos concorrentes exige agilidade e certeza para as tomadas de decisão, no intuito de não sucumbir diante dos desafios do mercado. Além disso, surgem diferentes grupos que buscam investir em variados seguimentos econômicos e para isso partem para a aquisição de empresas ou para a fusão com empresas que tenham elevado potencial de crescimento. A auditoria torna-se uma importante aliada no processo de decisões de investimento, tanto para investidores quanto para os próprios proprietários, que tem a certeza de que as demonstrações contábeis são verdadeiras e confiáveis.

2.2 OBJETIVO E IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA

Quando executa seu trabalho o auditor estará dando credibilidade e atestando a veracidade das operações da empresa durante o período analisado, chegando assim a atingir o objetivo principal da auditoria. Esse objetivo, que conforme CREPALDI (2000, p.27) “pode ser descrito em linhas gerais, como o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada”.

Com vistas a atender a legislação vigente o auditor deve agir de forma imparcial e ter uma conduta ética ilibada, mantendo a confiabilidade e a confidencialidade das informações a que têm acesso. O objetivo do exame das demonstrações financeiras de acordo com CREPALDI é:

expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e assegurar que elas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes aos períodos do exame, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados com uniformidade durante os períodos.” (CREPALDI, 2000, p. 27)

Segundo FRANCO (1992, p. 20), a auditoria tem por objetivo “verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme”.

Para realizar este objetivo a auditoria necessita não só de informações de dentro da empresa, mas também que sejam obtidas informações junto a terceiros, como nos bancos, fornecedores, clientes, etc., a fim de conseguir subsídios que servirão de base na avaliação da credibilidade e fidedignidade dos relatórios apresentados pela empresa. O objeto da auditoria é, segundo CREPALDI (2000, p.28), “o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrativo, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais”.

Dentro deste contexto, CREPALDI (2000, p.29-30), enumera diversas vantagens da auditoria para a administração da empresa, para os investidores e para o próprio governo, que são as seguintes:

Vantagens para a administração da empresa

- fiscaliza a eficiência dos controles internos;
- assegura maior correção dos registros contábeis;
- opina sobre a adequação das demonstrações contábeis;
- dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas;
- possibilita apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos;
- contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas;
- aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

Vantagens para os investidores (titulares do capital)

- contribui para maior exatidão das demonstrações contábeis;
- possibilita melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas;
- assegura maior exatidão dos resultados apurados.

Vantagens para o Fisco

- permite maior exatidão das demonstrações contábeis;
- assegura maior exatidão dos resultados apurados;
- contribui para maior observância das leis fiscais. (CREPALDI, 2000, p.29-30)

Para executar a auditoria são aplicados métodos da retrospectiva e análise, que constituem em examinar fatos já ocorridos, de modo analítico, minuciosamente. Dentro do método, que orienta a execução do trabalho, existem, conforme CREPALDI (2000, p. 31) “as seguintes fases: levantamento de condições de rotina administrativa financeira e contábil; planejamento da auditoria; obtenção das provas; relatório de auditoria; certificados”.

Sendo assim, a auditoria estará salvaguardando os direitos dos proprietários, dos fornecedores, do governo e da sociedade em geral, pois apesar de num primeiro momento poder-se restringir os efeitos que uma empresa possui, quando se abre o “leque” é que se vê a importância que elas exercem sobre um ou vários países, como, por exemplo, a Petrobrás no Brasil, ou a Microsoft no mundo.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DA AUDITORIA

Com base na definição conceitual de auditoria, CREPALDI a classifica em dois tipos:

- Auditoria das demonstrações contábeis, (...) que seria aquela também conhecida por Auditoria Externa ou Independente, de responsabilidade do auditor independente, necessária a atender a legislação, aos acionistas, ao governo e ao mercado em geral (...);
- Auditoria operacional ou de gestão, (...) que está mais voltada a administração da organização, responsável por avaliar o desempenho real em confronto com o esperado, ela têm por finalidade avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais.(...) (CREPALDI, 2000, p.31)

Alguns autores como LOPES DE SÁ (1998, p. 37) detalham mais a classificação das auditorias, subdividindo-as em:

- a) Auditoria geral, sintética ou de balanço;
- b) Auditoria detalhada ou analítica;
- c) Auditoria interna;
- d) Auditoria externa ou independente;
- e) Auditoria contínua ou de acompanhamento;
- f) Auditoria periódica;
- g) Auditoria normal;
- h) Auditoria especial;
- i) Auditoria total ou parcial.

Segundo LOPES DE SÁ (1998, p. 37) “as classes de auditoria variam de acordo com o tratamento que se dá ao objeto de auditoria. A variação decorre das diferentes necessidades, podendo mudar de processos, que não se deve admitir como autonomia, mas sim, como derivação de um mesmo método”.

Considerando que para o presente trabalho a principal classificação seja de acordo com a relação do auditor com a entidade, a classificação será subdividida em apenas duas: a auditoria externa, executada por auditor independente; e a auditoria interna, executada por funcionário vinculado à empresa.

2.3.1 Auditoria Externa

Como visto no histórico foi a primeira a surgir como parte da evolução do sistema capitalista. A necessidade de verificar a veracidade das informações contábeis para haver segurança aos investidores foi um dos fatores que contribuiu para seu surgimento, além do fato da tributação baseada no lucro das empresas. Como cita ALMEIDA (2003, p.26) "as demonstrações contábeis passaram a ter importância muito grande para os futuros aplicadores de recurso. Como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica".

A auditoria externa tem como principal característica a independência do auditor, o qual não deve possuir nenhuma ligação com a empresa que possa comprometer seu trabalho. FRANCO E MARRA (1992, p.174) afirmam que "a independência do auditor externo deve ser absoluta e jamais poderá aceitar imposições da empresa quanto ao procedimento que deverá adotar para realização da auditoria, nem quanto às conclusões a que se deve chegar".

O auditor externo é o responsável por opinar sobre as demonstrações financeiras da empresa que o contratou, porém, conforme ALMEIDA (2003, p. 36) "a responsabilidade do auditor externo restringe-se a sua opinião ou parecer expresso sobre essas demonstrações financeiras". Isto significa que seu objetivo principal não é detectar irregularidades, mas sim verificar se os demonstrativos contábeis estão de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas.

Conforme visto anteriormente as companhias abertas são obrigadas a serem auditadas por imposição de lei. Existem também outras empresas que devem contratar auditorias externas como: as instituições financeiras; os planos de saúde; administradoras de consórcio; entre outras.

2.3.2 Auditoria Interna

A auditoria interna é realizada por funcionários vinculados à empresa, e, portanto, possuem uma independência limitada. Porém este fato não deve ser impecilho para a realização correta de seu trabalho, que têm como escopo principal o auxílio à administração da empresa no controle dos procedimentos internos.

A auditoria externa não atendia todas as necessidades da organização, conforme ALMEIDA (2003, p. 29) “para atender à Administração da empresa, seria necessária uma auditoria mais periódica, com maior grau de profundidade e visando também às outras áreas não relacionadas com contabilidade (sistema de controle de qualidade, administração de pessoal etc.)”. Diante dessa necessidade surge a auditoria interna, com foco no atendimento aos anseios da administração da organização.

Para que a auditoria interna seja eficiente torna-se necessária uma independência, mesmo sendo empregado da empresa o funcionário não pode estar subordinado diretamente a quem será auditado, para impedir pressões ou fatos desagradáveis no decorrer dos trabalhos. Sua função, conforme relata CREPALDI (2000, p. 42), “é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades do negócio em que possa ser útil à administração”.

2.3.3 Comparativo entre Auditoria Interna e Externa

Apresenta-se a seguir um quadro comparativo, em que ALMEIDA apresenta as diferenças principais entre o auditor interno e externo.

Quadro 1 – Diferenças do auditor interno versus externo

Auditor Interno	Auditor Externo
- É empregado da empresa auditada	- Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
- Menor grau de independência;	- Maior grau de independência;
- Executa auditoria contábil e operacional;	- Executa apenas auditoria contábil;
- Os principais objetivos são: <ul style="list-style-type: none"> • verificar se as normas internas estão sendo seguidas; • verificar a necessidade de aprimorar as normas internas vigentes; • verificar a necessidade de novas normas internas; • efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais; 	- O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e as aplicações de recursos da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício social anterior;
- Maior volume de testes (tem maior tempo para executar os serviços de auditoria).	- Menor volume de testes, já que o auditor externo está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis.

Fonte: ALMEIDA (2003, p. 30)

Apesar dessas diferenças é importante ressaltar que a auditoria independente (externa) e a auditoria interna se complementam, para que haja sempre um trabalho confiável na visão dos investidores de uma determinada empresa, bem como de seus próprios gestores.

Para que se possa obter eficiência e eficácia nesses procedimentos, faz-se necessário basear-se nas normas e princípios de contabilidade geralmente aceitos, e contratar um profissional independente – auditor externo – para emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis, ou seja, há um inter-relacionamento entre as duas auditorias, pois a auditoria externa considera a auditoria interna como parte do sistema de controle de uma empresa, e se perceber que a atividade exercida pela auditoria interna funciona com naturalidade, neutralidade e a contento, a auditoria externa simplifica seu trabalho e reduz a extensão do mesmo.

2.4 AUDITORIA INTERNA

Será apresentado de forma mais detalhada a questão da auditoria interna, a qual servirá de embasamento teórico para o desenvolvimento do estudo de caso da empresa X.

2.4.1 Histórico da Auditoria Interna

Com o desenvolvimento industrial e econômico as empresas passaram a ter dificuldades em aplicar eficientemente seus controles e rotinas de trabalho, com afirmação ATTIE (1986, p.25) “o crescimento constante das empresas por diversificação de suas atividades econômicas, por crescimento da produção e do número de funcionários e por causa da descentralização de suas funções tornou difícil a missão de um grupo limitado de pessoas controlar a totalidade dos eventos a elas inerentes”. Este fator foi preponderante para o surgimento nas organizações da auditoria interna, que auxiliaria a administração. A auditoria interna afirmaria, segundo ATTIE (1986, p. 26) “que os controles e as rotinas de trabalho estão sendo habilmente executados e que os dados contábeis, com efetividade, merecem confiança, pois espelham a realidade econômica e financeira da empresa”.

Outro fator que impulsionou a auditoria interna foi a crise de 1929 nos Estados Unidos, que teve como uma das conseqüências subseqüentes a obrigatoriedade de auditoria independente nas demonstrações contábeis das empresas com ações negociadas na bolsa. As empresas passaram a designar funcionários da organização para auxiliar os auditores externos, que buscavam informações, evidências e documentos para análises mais profundas e corretas. Com o tempo estes funcionários obtiveram o domínio das técnicas de auditoria e passaram a utilizá-las para trabalhos internos solicitados pela própria administração.

No Brasil foi criado em 20 de Novembro de 1960 o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra), com sede na cidade de São Paulo. As grandes organizações, seguindo uma tendência internacional, passaram a reconhecer a importância de manterem equipes de auditoria interna em seus quadros. Estas equipes tinham a missão de auxiliar a alta administração na aplicação dos controles e sugestões de melhoria, realizando trabalhos periódicos para dar suporte às decisões da administração.

As principais influências que possibilitaram o desenvolvimento da auditoria no Brasil foram:

- a) filias e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- b) financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- c) crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- d) evolução do mercado de capitais;
- e) criação de normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972;
- f) criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976.

Observa-se atualmente a auditoria interna nos mais diversos ramos de atividades e quando existe é considerada um ponto forte em termos de controle interno dentro das organizações.

2.4.2 Conceito e Objetivos da Auditoria Interna

Os auditores internos devem fornecer dados sobre a adequação e efetividade do sistema de controle interno e a qualidade do desempenho da organização. Para isso utilizarão informações coletadas na organização e se possível farão a comparação com outras empresas do mesmo ramo, visando adequar a organização às melhores práticas do mercado.

Segundo ATTIE (1986, p. 28) “a auditoria interna é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização”. Ela deverá auxiliar a administração para um melhor gerenciamento da organização, visando uma melhor alocação dos recursos disponíveis.

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 12) definem o seguinte conceito:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir

à administração de entidade no cumprimento de seus objetivos. (RESOLUÇÃO CFC 986/03 – NBCT 12, item 12.1.1.3)

Para ATTIE os objetivos da auditoria interna podem ser sintetizados da seguinte forma:

- examinar a integridade e fidedignidade das informações financeiras e operacionais e os meios utilizados para aferir, localizar, classificar e comunicar essas informações;
- examinar os sistemas estabelecidos, para certificar a observância às políticas, planos, leis e regulamentos que tenham, ou possam ter, impacto sobre operações e relatórios, e determinar se a organização está em conformidade com as diretrizes;
- examinar os meios usados para a proteção dos ativos e, se necessário, comprovar sua existência real;
- verificar se os recursos são empregados de maneira eficiente e econômica;
- examinar operações e programas e verificar se os resultados são compatíveis com os planos e se essas operações e esses programas são executados de acordo com o que foi planejado; e
- comunicar o resultado do trabalho de auditoria e certificar que foram tomadas as providências necessárias a respeito de suas descobertas. (ATTIE, 1986, p. 29)

CREPALDI afirma que para atender aos objetivos globais os auditores internos devem envolver-se atividades como:

- revisão e avaliação da correção de controles contábeis, financeiros e outros de natureza operacional, propiciando controles eficazes a um custo razoável;
- determinação do grau de atendimento às diretrizes, planos e procedimentos estabelecidos;
- determinação do grau de controle dos ativos da empresa quanto a proteção contra perdas de qualquer tipo;
- determinação da fidelidade dos dados administrativos originados na própria empresa;
- avaliação da qualidade de desempenho na execução de tarefas atribuídas;
- recomendação de melhorias operacionais. (CREPALDI, 2000, p.43)

A auditoria interna, quando bem executada, servirá para aprimorar os controles existentes e assessorar a administração na gestão da empresa. A ênfase dos trabalhos dependerá das necessidades da organização, não ficando restringido aos controles contábeis e fiscais.

2.4.3 Estrutura da Auditoria Interna

A estrutura da auditoria interna dependerá primeiramente do porte da empresa, podendo variar de um elemento que seria responsável pelo planejamento e execução, até uma equipe completa, que seria dividida, conforme ATTIE (1986, p. 40) “considerando-se especializações contábeis, fiscais, sistemas computadorizados ou de procedimentos instituídos”. O volume de trabalho e a periodicidade determinarão a necessidade de pessoas envolvidas no departamento.

Para ATTIE a estrutura, a título de exemplo, pode ser a seguinte:

Diretor: cargo destinado a dirigir toda a atividade da auditoria, principalmente quando as divisões por especialização se tornem necessária. Congrega as diversas superintendências de auditoria e canaliza os esforços dos segmentos para atingir objetivos propostos pela constituição da auditoria interna.

Superintendente: cargo indicado a desenvolver completa programação de auditoria na divisão de sua especialidade. Dirige os setores sob sua responsabilidade, obtendo das gerencias o controle e eficiência dos trabalhos.

Gerente: cargo indicado a determinar a divisão das tarefas de sua responsabilidade aos supervisores. Gerencia os trabalhos em andamento, administrando inclusive aqueles a realizar.

Supervisor: função determinada a promover o acompanhamento das atividades exercidas pelos auditores de campo. Revisam os papéis de trabalho, assegurando a completa execução segundo o programa proposto.

Sênior: atividade referente a conduzir os trabalhos de campo e supervisionar diretamente os assistentes e auxiliares alocados no trabalho.

Assistente: atividade destinada a conduzir pequenos trabalhos ou assistir àqueles de maior expressão.

Auxiliar: atividade destinada a iniciantes da área de auditoria e que serve de suporte a tarefas que não necessitem de técnicas ou julgamentos em grande escala. (ATTIE, 1986, p. 40)

Quando a estruturada é definida cada cargo terá que responder pelas suas responsabilidades, devendo o cargo mais alto responder à alta administração, com objetivo de atender aos propósitos da auditoria interna.

2.4.4 Planejamento da Auditoria Interna

Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 12 – item 12.2.1.1) “o planejamento do trabalho de Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade”. Para a execução da auditoria é necessário um planejamento adequado, levando em consideração a complexidade dos trabalhos e

os meios necessários à execução, não desviando o foco central para evitar retrabalhos ou acúmulos de procedimentos.

Para realizar um bom trabalho o auditor interno necessita planejar toda a auditoria, documentando seu estudo. Para ATTIE o planejamento consiste em:

- estabelecimento dos objetivos de auditoria e do âmbito do trabalho;
- obtenção de informações básicas sobre as atividades a serem examinadas;
- determinação dos recursos necessários à realização da auditoria;
- comunicação com todos que precisam ter conhecimento da auditoria;
- realização de um levantamento, no local de trabalho, para que os encarregados se familiarizem com as áreas a serem ressaltadas e seja estipulada a apresentação de comentários e sugestões;
- elaboração do programa de auditoria;
- determinação de como, quando e a quem os resultados da auditoria serão comunicados;
- obtenção de aprovação para o plano de trabalho. (ATTIE, 1986, p. 66-67)

Entre os critérios prioritários para a programação dos trabalhos, segundo ATTIE (1986, p. 69), estão: “data e resultados dos últimos exames; riscos financeiros; riscos e prejuízos potenciais; solicitações da administração; principais alterações nas operações, programas, sistemas e controles; oportunidade de conseguirem benefícios operacionais; e alteração no pessoal e na capacidade deste.” Em uma escala de prioridades a auditoria deve buscar avaliar as operações de maior risco, pois caso se atenha a detalhes poderá deixar de analisar fatos que poderão levar à insolvência da empresa.

2.4.5 Testes e Métodos Usados na Auditoria

Na execução dos trabalhos, tanto na auditoria interna quanto na externa, são efetuados testes de observância e testes substantivos:

a) Testes de Observância: visam a obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.

b) Testes Substantivos: visam a obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informações da entidade.

Os métodos usados na auditoria incluem os seguintes procedimentos:

- Exame físico: quantidade, existência, identificação, autenticidade, qualidade.
- Confirmação: obtenção de declaração formal e isenta de pessoas alheias à empresa.
 - Exame dos documentos originais: evidências de documentos comprobatórios.
 - Conferência dos cálculos: adequação das operações aritméticas.
 - Exame da escrituração: constatação da veracidade das informações contábeis.
 - Investigação minuciosa: profundidade dos exames da matéria auditada.
 - Inquérito: formulação de perguntas e obtenção de respostas satisfatórias.
 - Exame dos registros auxiliares: suporte da autenticidade dos registros principais.
 - Correlação das informações obtidas, exemplos: depreciação do imobilizado, com a conta de depreciação acumulada no resultado, receitas de vendas do balanço com as contas de impostos como ICMS ou IPI.
 - Observação: constatação visual de qualquer imperfeição.

Os trabalhos realizados mediante a aplicação das técnicas descritas deverão ser devidamente formalizados nos papéis de trabalho do auditor e servirão de suporte para a elaboração do relatório com as recomendações para aprimorar os controles internos e para correção das imperfeições detectadas.

2.4.6 Papéis de Trabalho

De acordo com FRANCO E MARRA (1992, P. 250) “a finalidade principal dos papéis de trabalho do auditor é a de servir como base e sustentáculo da opinião do auditor. Eles constituem o testemunho do trabalho que o auditor efetuou, a forma como foi realizado esse trabalho e registram e documentam as conclusões a que o auditor chegou”.

Segundo ATTIE (1998, p. 158) “os papéis de trabalho formam o conjunto de formulários e documentos que contêm as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações; constituem a evidencia do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.”

Os papéis de trabalho são de natureza confidencial, pois revelam afirmações obtidas durante a realização da auditoria. Cabe ao auditor a responsabilidade pela

sua guarda e sigilo. Não existem padrões fixos para os papéis de trabalho, eles devem ser elaborados de forma a aperfeiçoar o trabalho do auditor sendo flexível de acordo com as circunstâncias.

Os conteúdos dos papéis de trabalho devem ser claros, concisos e objetivos, apresentando:

- a) definição clara de seus objetivos;
- b) indicação da fonte da informação utilizada;
- c) indicação de forma clara do método utilizado para obter a informação;
- d) deve conter informações claras, concisas, lógicas, precisas e completas;
- e) as cifras devem ser colocadas de forma adequada nos espaços previstos, indicando a sua unidade;
- f) a ordem dos papéis de trabalho deve trazer em primeiro lugar os papéis sintetizados ou resumos (folhas mestras) e depois os papéis detalhados;
- g) deve observar a seqüência do programa de auditoria como guia para arquivamento dos papéis de trabalho;
- h) deve conter o registro das ocorrências e recomendações;
- i) as conclusões devem estar de forma objetiva, clara, sucinta e completa, para não deixar dúvidas quanto à opinião do auditor;
- j) existindo ressalva, a conclusão deverá explicar cuidadosamente a sua razão e o respectivo efeito.

2.5 CONTROLE INTERNO

Independente de a auditoria ser interna ou externa, o controle interno terá importância significativa nos trabalhos. Devido a este fato serão apresentados alguns assuntos referentes ao tema, com intuito de ambientar a auditoria neste contexto.

2.5.1 Conceito e Importância

A conceituação mais característica de controle interno é dada pelo AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants*), que é apresentada por ATTIE (1998, p. 110) e diz que: “o controle interno compreende o plano da organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para

proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração”.

Segundo ALMEIDA (2003, p. 63) “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos e rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na conduta ordenada dos negócios da empresa.”

Ambas as definições demonstram a importância do controle interno nas organizações, ele tem como maior objetivo a proteção do patrimônio ou ativos, devendo ainda melhorar a parte operacional e verificar se estão sendo atendidas as políticas da organização.

Os controles internos são subdivididos em controles contábeis e controles administrativos. No primeiro têm-se como exemplo: os sistemas de conferência, aprovação; segregação de funções; controles físicos de ativos; auditoria interna. Como exemplos de controles administrativos citam-se: as análises de lucratividade por produto; o controle de qualidade; treinamento do pessoal; estudos de tempos e movimentos; etc.

A maneira como são feitos os controles internos de uma organização refletem nos resultados econômicos e financeiros, pois quando ocorrem falhas resultam em prejuízos e na inoperância das informações.

Para que o sistema de contabilidade seja utilizado de forma confiável deve estar apoiado em um sistema de controle interno adequado e eficiente, pois a tomada de decisão necessita de segurança dos dados apresentados.

2.5.2 Objetivos do Controle Interno

O objetivo principal do controle interno é controlar, conforme o próprio conceito, que destaca os vários procedimentos em conjunto para controlar as operações internas da entidade, minimizando erros ou possíveis fraudes.

Para ATTIE (1998, p. 117) “o controle interno tem quatro objetivos básicos: a salvaguarda dos interesses da empresa; a precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; o estímulo à eficiência operacional; e a aderência às políticas existentes.” Esses objetivos referem-se ao conjunto de

operações que envolvem uma organização, as quais devem estar integradas para buscar a eficácia operacional, alocando os recursos da melhor maneira possível.

A salvaguarda dos interesses refere-se à proteção do patrimônio contra quaisquer perdas e riscos devidos a erros ou irregularidades. Existem algumas maneiras de dar suporte a salvaguarda dos interesses, como os exemplos citados por ATTIE (1998, p. 117): “segregação de funções; sistema de autorização e aprovação; determinação de funções e responsabilidades; rotação de funcionários; carta de fiança; manutenção de contas de controle; seguro; legislação; diminuição de erros e desperdícios; contagens físicas independentes; alçadas progressivas.”

Com relação aos meios para a precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais ATTIE (1998, p. 118) cita: “documentação confiável; conciliação; análise; plano de contas; tempo hábil; equipamento mecânico (eletrônico).” Todos estes fatores possibilitaram uma decisão mais acertada e com um maior grau de segurança.

De acordo com ATTIE (1998, p. 120) “o objetivo do controle interno relativo ao estímulo à eficiência operacional determina os meios necessários à condução das tarefas, de forma a obter entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme.” São exemplos de estímulo à eficiência operacional: seleção; treinamento; plano de carreira; relatórios de desempenho; relatório de horas trabalhadas; tempos e métodos; custo padrão; manuais internos; instruções formais.

Com relação à aderência às políticas existentes o objetivo é assegurar que sejam seguidos adequadamente as políticas e procedimentos indicados pela administração da organização. Os principais meios para atingir esse objetivo são: supervisão; sistema de revisão e aprovação; auditoria interna.

Ao avaliar os controles internos o auditor terá um panorama geral da empresa, verificando se ela possui um sistema confiável ou não. A partir do controle interno serão feitos os testes necessários à auditoria, ampliando ou não os testes, dependendo do detalhamento requerido pela auditoria.

2.6 UTILIDADE FORMAL DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Como foi mencionado anteriormente, a empresa em estudo não se utiliza da contabilidade para o gerenciamento de suas decisões, porém deve-se atentar aos vários aspectos dessa decisão, como é citado por SILVA (2002, p.23) “uma empresa

sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento.”

A escrituração contábil é útil sob vários aspectos, dentre eles os aspectos legais, gerenciais e sociais, como pode-se observar nos exemplos a seguir.

4.5.1 Quanto ao Aspecto Legal

A escrituração contábil habilita a empresa para enfrentar diversas situações, tais como:

- a) Concordata - Se a empresa enfrenta dificuldades financeiras, tem o direito de pedir concordata, porém, um dos principais requisitos para a obtenção desse benefício é que apresente, em juízo, as Demonstrações Contábeis, Relação dos Credores e o Livro Diário escriturado até a data do requerimento, bem como um Balanço Especial elaborado para esse fim.
- b) Falência - Para que a falência não seja considerada fraudulenta, a empresa deve cumprir o mesmo ritual relativo à concordata.
- c) Perícias Judiciais - Principalmente em relação a questões trabalhistas, a empresa que não possui Contabilidade fica em situação vulnerável, diante da necessidade de comprovar, formalmente, o cumprimento de obrigações trabalhistas, pois o ônus da prova é da empresa que a faz mediante a constatação do registro no Livro Diário.
- d) Dissidências Societárias - As divergências que, porventura, surjam entre os sócios de uma empresa poderão ser objeto de perícia para apuração de direitos ou responsabilidades. A ausência da escrituração inviabilizará a realização desse procedimento técnico esclarecedor.
- e) Fiscalização da Previdência Social - A legislação previdenciária exige expressamente a escrituração do Livro Diário.

4.5.2 Quanto ao Aspecto Gerencial

O empresário necessita de informações para a tomada de decisões. A Contabilidade oferece dados formais, científicos e universais, que permitem atender a essa necessidade.

Com o fenômeno da globalização da economia, a informação contábil, além de ser utilizada dentro de todo o território nacional, poderá ser utilizada, também, em outros países.

A decisão de investir, de reduzir custos, de modificar uma linha de produtos, ou de praticar outros atos gerenciais deve se basear em dados técnicos extraídos dos registros contábeis, sob pena de se pôr em risco o patrimônio da empresa.

4.5.3 Quanto ao Aspecto Social

A falta da escrituração contábil é uma das principais dificuldades para se avaliar a economia informal, o que distorce as estatísticas no Brasil. O desconhecimento da realidade econômica nacional gera decisões completamente dissociadas das necessidades das empresas e da sociedade em geral e, sem dúvida, tem causado prejuízos irrecuperáveis ao País.

O registro contábil é importante para, entre outros aspectos, analisar-se as causas que levam um grande número de pequenas empresas a fecharem suas portas prematuramente.

Conclui-se, então, que a escrituração contábil completa é incontestavelmente necessária à empresa de qualquer porte, como principal instrumento de defesa, controle e gestão do seu patrimônio.

A empresa em questão deve passar a utilizar-se da contabilidade para expandir seus negócios, pois sem o devido controle é muito fácil acontecerem desvios de recursos acarretando prejuízos e até a falência devido a multas aplicadas pelo Fisco e à falta de controle adequada.

2.7 SITUAÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL

Mesmo com todas estas vantagens, a realidade brasileira ainda é a de que somente as empresas obrigadas por lei é que realizam auditoria periodicamente, ela é obrigatória em empresas de capital aberto (S/A), conforme a Lei das Sociedades Anônimas, n° 6.404/76, nesta mesma lei enquadram-se as entidades financeiras, além disso existem algumas atividades específicas, que devem ser auditadas, conforme as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliares) e a partir da Lei n.º 11.638/07, a Auditoria Externa tornou-se obrigatória para todas as sociedades de

grande porte, que são aquelas que tem Ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões.

Quando verificada a existência de auditoria externa, normalmente existe uma auditoria interna, mas a grande maioria das empresas brasileiras não possui sequer uma contabilidade adequada quiçá auditoria interna. Este fator é um incentivo para poder valorizar este trabalho, que tentará ao seu final demonstrar para os administradores da empresa X como utilizar esta ferramenta para a tomada de decisão.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Para a realização do trabalho foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica, com análise em conhecimentos empíricos e conceituais de acordo com o referencial de obras com informações relevantes, as quais forneceram dados essenciais à fundamentação da pesquisa, propiciando uma análise final a respeito do tema em questão.

Identificaram-se os pontos críticos da empresa, analisando seus resultados gerados ao longo do ano de 2008. Foi analisada também a documentação e os registros contábeis a fim de verificar se estavam atendendo a legislação vigente.

Finalmente, este trabalho propôs algumas ferramentas contábeis que poderão auxiliar a administração da empresa X na tomada de decisões gerenciais. Caberá aos administradores a tarefa de implantar ou não os modelos propostos e caso os utilizem, eles deverão ser continuamente aperfeiçoados.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

O trabalho terá por base a pesquisa de natureza aplicada, pois segundo Gil (1991, p.22) ela “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos”, que no caso deste trabalho tratara da empresa X.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Como tipo de pesquisa, esta pode ser classificada como estudo de caso, no qual se efetuou uma análise crítica da atual situação da empresa, assim como foram sugeridas opções de mudança e melhoria dos sistemas de controle interno.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consultas em livros e internet, a fim de verificar os procedimentos corretos e as melhores soluções para a empresa em questão.

Na empresa foram entrevistados o contador e o gerente geral, com intuito de verificar o cenário existente e os procedimentos que estavam sendo adotados.

3.3 QUANTO A ABORDAGEM, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

A abordagem adotada foi à qualitativa por possibilitar a utilização de instrumentos para coleta de dados que descrevem ou analisam uma situação específica.

Para sua realização, primeiro foi realizado uma pesquisa bibliográfica, com análise em conhecimentos conceituais de acordo com o referencial de obras com informações relevantes, as quais nos forneceram dados essenciais à fundamentação da pesquisa, propiciando uma análise final. Esta análise teve por objetivo verificar se caso a empresa recolhesse regularmente os tributos ela teria condições de auferir lucros. Para esta análise foi elaborado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados dos períodos, com base nas informações colhidas na empresa. Após a elaboração pode-se fazer uma análise dos demonstrativos contábeis relativos aos três quadrimestres de ano de 2008, além de um comparativo para verificar qual a melhor opção de recolhimento de Imposto de Renda.

Finalmente foram feitas recomendações para que a empresa pudesse operar com melhores técnicas gerenciais e também para que passasse a recolher corretamente os tributos, a fim de evitar problemas que pudessem prejudicar resultados futuros.

3.4 COLETA, CONSOLIDAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa utiliza o método dedutivo, pois parte do geral para o particular. Através da verificação dos métodos existentes buscou-se maneiras de implementá-los na empresa em estudo, visando o atendimento das necessidades da indústria e a aplicação da legislação em vigor.

Quanto às técnicas pode-se verificar que a mais utilizada foi a pesquisa de campo, a qual serviu para a coleta e tratamento dos dados e informações durante o trabalho. Dentro dessa técnica utilizada destacou-se a observação *in loco* e as entrevistas com o contador e com o administrador.

4. DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO DE CASO

Com base no problema de pesquisa e no atendimento aos objetivos, o trabalho buscará demonstrar a importância da auditoria interna para a empresa X e apontará evidências para que o empresário seja convencido deste fato e passe a adotar os procedimentos da auditoria interna na rotina da empresa, visando sustentar as decisões gerenciais de seu dia a dia. Esta rotina a ser implantada validará o processo de melhoria dos controles internos e poderá servir de subsídio para a tomada de decisão por parte dos administradores.

4.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

No ano de 1978, dois sócios adquiriram no bairro Fanny em Curitiba, uma pequena indústria de fabricação de pipoca, de nome Estrela D'Alva. A empresa possuía uma área construída de 200 m² em um terreno com área total de 576 m². A empresa apenas produzia e comercializava pipocas doces, que eram embaladas manualmente e distribuídas no interior do Estado de Santa Catarina, na cidade de Curitiba e sua região metropolitana.

Em 1985 foi desfeita a sociedade, sendo que a parte do outro sócio foi comprada pelo atual proprietário, que a partir daquele ano passou a administrar a fábrica com sua família, ficando apenas alugada a parte do imóvel onde se situava a empresa.

Em 1986, foi adquirido totalmente o terreno que estava alugado, juntamente com um terreno vizinho de 576 m², no qual foi construído um segundo barracão.

No ano de 1987 foi adquirida a primeira máquina automática de fabricação de pipoca, diminuindo a necessidade de mão-de-obra operária e aumentando o volume de produção.

Em 1989 iniciou-se a produção do salgadinho de milho com diversos sabores, o qual era fabricado a base de "glitz" (principal matéria-prima, oriunda da farinha de milho). Foram adquiridos novos equipamentos para a produção deste novo produto.

Em 1995 a empresa iniciou a fabricação de salgadinhos a base de trigo, fato que demandou a aquisição de mais máquinas para atender as novas demandas.

Em 2001 foi feita a maior aquisição imobiliária da empresa, um terreno de 3.200 m² localizado ao lado da fábrica. Este possibilitou a construção de mais um

barracão o qual foi finalizado em 2004, proporcionando um aumento de produção e melhor estocagem de produtos.

Ao longo de sua existência a empresa vem evoluindo e hoje, conta com um quadro de funcionários que possui aproximadamente 50 colaboradores, que produzem e distribuem mensalmente, uma média de 200.000 kg/ mês de produção.

A empresa estendeu sua linha de alimentos para destinadas a comercialização. No início começaram produzindo apenas pipocas, e com o decorrer do tempo a produção foi se diversificando. Passou a produzir salgadinhos de milho e de trigo, com sabores de queijo, manteiga, camarão, bacon, entre outros.

A abrangência de seu mercado começou em Santa Catarina com a venda informal, mas destacou-se no Estado do Paraná, onde conquistou mercado em diversas cidades e municípios. Dentre as empresas do Ramo, atualmente ela se destaca com maior produção e número de vendas tanto no Paraná quanto em Santa Catarina. Hoje seus maiores clientes são os atacadistas de doces, que consomem cerca de 80% de sua produção, os 20% restantes dividem-se entre escolas e a venda de balcão, dentro do próprio estabelecimento.

4.2 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

Durante as primeiras visitas à empresa pode-se observar que ela não se utilizava da contabilidade para a tomada de decisões e que não observava corretamente os princípios fundamentais de contabilidade.

Ao examinar as demonstrações contábeis da indústria foi verificado que a contabilidade era meramente fiscal, feita para atender a legislação e que, provavelmente, estava sendo fraudada para que fossem recolhidos menos tributos.

Diante deste histórico foram colhidos diversos dados na empresa, desde o custo das matérias-primas até as vendas por período, a fim de fazer um estudo à respeito do enquadramento tributário correto e da viabilidade de continuidade do negócio caso a empresa passasse a recolher corretamente os tributos.

Após a contabilização das planilhas de custos (Anexo I ao VII) e das operações da empresa chegou-se aos seguintes demonstrativos trimestrais, relativos ao ano de 2008:

Quadro 2 - Balanço Patrimonial dos Três Quadrimestres de 2008

ATIVO	1º Quadr	2º Quadr	3º Quadr
ATIVO CIRCULANTE	1.046.765	1.401.528	1.560.735
• DISPONÍVEL	589.068	1.022.450	1.157.639
CAIXA	111.190	290.380	417.058
BANCOS CONTA MOVIMENTO	477.878	332.070	336.941
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0	400.000	403.640
• REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	271.716	254.570	222.675
CLIENTES	280.120	268.320	242.500
(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-8.404	-13.750	-19.825
• ESTOQUES	185.981	124.508	180.421
MATERIA-PRIMA	168.390	93.437	159.728
PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	17.591	17.591	17.591
PRODUTO ACABADO	0	13.480	3.102
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.983.566	3.870.568	3.757.569
• IMOBILIZADO	3.920.594	3.812.094	3.703.593
MÓVEIS E IMÓVEIS	4.029.094	4.029.094	4.029.094
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(108.500)	(27.000)	(325.501)
• ATIVO DIFERIDO	62.972	58.474	53.976
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	62.972	58.474	53.976
TOTAL DO ATIVO	5.030.331	5.272.096	5.318.304

PASSIVO	1º Quadr	2º Quadr	3º Quadr
PASSIVO CIRCULANTE	484.688	681.165	671.939
• OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	484.688	681.165	671.939
FORNECEDORES	271.492	364.665	359.637
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	60.436	60.436	60.436
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	25.340	23.627	25.340
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.769	79.223	60.917
CONTAS A PAGAR	64.275	69.367	67.569
PROVISÕES	55.376	83.846	98.040
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0	0
• REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0	0
FINANCIAMENTOS	0	0	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.545.643	4.590.931	4.646.365
• CAPITAL REALIZADO	4.514.388	4.514.388	4.514.388
CAPITAL SUBSCRITO	4.514.388	4.514.388	4.514.388
• RESERVAS	31.255	76.543	131.977
RESERVA DE LUCROS	31.255	76.543	131.977
TOTAL DO PASSIVO	5.030.331	5.272.096	5.318.304

Quadro 3 - Demonstração do Resultado do Exercício 2008

	1º Quadr	2º Quadr	3º Quadr
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.920.480	2.024.800	2.228.400
RECEITA BRUTA	(1.920.480)	(2.024.800)	(2.228.400)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	408.102	430.270	473.535
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS INDUSTRIAIS	(408.102)	(430.270)	(473.535)
RECEITA LIQUIDA	1.512.378	1.594.530	1.754.865
CUSTOS	(1.100.426)	(1.113.196)	(1.210.653)
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO	(1.100.426)	(1.113.196)	(1.210.653)
LUCRO BRUTO	411.952	481.334	544.212
DESPEAS OPERACIONAIS	(193.543)	(174.463)	(169.669)
DESPEAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(150.631)	(143.781)	(150.631)
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	(9.298)	(9.298)	(9.298)
PERDAS COM INCOBRÁVEIS	(33.614)	(21.384)	(24.300)
RECEITAS FINANCEIRAS	0	0	14.560
RESULTADO OPERACIONAL	218.409	306.871	374.543
RESULTADO ANTES DA PROV. CONTR. SOCIAL	218.409	306.871	374.543
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	(23.301)	(30.161)	(36.514)
RESULTADO ANTES DA PROV. DE IMPOSTO DE RENDA	195.108	276.709	338.029
IMPOSTO DE RENDA	(38.834)	(50.269)	(60.857)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	156.274	226.440	277.172

Os demonstrativos foram contabilizados pelo Lucro Real, visto que a empresa fatura aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) ao ano e que no caso de opção pelo Lucro Presumido bastaria refazer alguns cálculos a partir do faturamento, comparação esta que será apresentada no decorrer deste trabalho.

A partir destes demonstrativos será apresentada uma análise das demonstrações contábeis para verificar a situação econômico-financeira da empresa.

4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões. O analista de balanços preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que precisam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando.

De acordo com o Prof. ELISEU MARTINS (Boletim 26/2005 – IOB) “o objetivo geral da análise das demonstrações contábeis é o de formar uma idéia sobre o desempenho da empresa durante um certo período e o de extrair informações que ajudem, complementarmente a outras, a efetuar projeções sobre o futuro dessa entidade”. O mesmo autor ainda afirma, no Boletim 31/2005 – IOB, que “toda análise se resume em dois grandes objetivos: conhecer a liquidez e a rentabilidade das empresas”. Com a análise relativa à liquidez o que se pretende é verificar a capacidade da empresa de cumprir seus compromissos financeiros com todos os que a provém de recursos. Já com a análise relativa à rentabilidade o que se quer é ver se a empresa remunera, efetivamente, os capitais nela empregados, principalmente o capital próprio, já que o de terceiros está visivelmente exposto nas demonstrações.

Para a análise foi procedido o ajuste, conforme exposto por MATARAZZO (1997), do Balanço Patrimonial e das Demonstrações de Resultado da empresa, utilizando-se os três quadrimestres de 2008. Na seqüência, realizou-se a atualização monetária com base no IGPM (Anexo VIII) e em seguida foram feitas as análises vertical e horizontal (Anexo IX e X), com base fixa no 1º quadrimestre tecendo seus respectivos comentários. E por último, foi realizada a análise através de Índices (Anexo XI), sendo elas a Análise Financeira, Análise Estrutural e Análise Econômica. Também foram feitos gráficos da análise vertical (Anexo XII) e da Demonstração de Resultado (Anexo XIII).

4.3.1 Análise Vertical do Balanço Patrimonial

No primeiro quadrimestre de 2008, do total de recursos aplicados na empresa, 90,36% eram oriundos de capitais próprios e o restante de capitais de terceiros a curto prazo. Do total de recursos (próprios + terceiros), 20,81% estavam aplicados no circulante e o restante (79,19%) localizava-se no Permanente, sendo que deste, 77,94% estavam no grupo Imobilizado, que apesar de um alto percentual de concentração de recursos, é compatível com empresas industriais. Destaque para o fato da empresa não possuir Ativo Realizável a Longo Prazo, já que possui como política financeira não conceder prazos superiores a 90 dias. Foi verificado que a empresa utiliza um grande volume de capitais próprios, concentrados principalmente nas instalações imobiliárias da empresa, porém essa situação é

normal, visto que a empresa foi adquirindo os imóveis ao longo da existência e expandindo conforme as suas necessidades.

No 2º quadrimestre percebe-se que a empresa aumentou suas aplicações no Circulante para 26,58% (principalmente nas suas contas do subgrupo disponível), dando início a uma redução pequena, mas gradativa nas aplicações de recursos no Ativo Permanente. Percebe-se também que foram aumentadas as obrigações de curto prazo, passando para 12,92% do total de recursos. Destaque para o aumento da representatividade da conta de Fornecedores, passando de 5,40% para 6,92%, e para a de Obrigações Tributárias de 0,15% para 1,50%. Com essas alterações a empresa passou a utilizar, percentualmente, menos capital próprio (87,08%)

Com relação ao último quadrimestre de 2008, verifica-se a continuidade da tendência de aumento da aplicação em recursos no Circulante (29,35%) e queda do Ativo Permanente passando para 70,65%, porém houve ligeira diminuição na origem de recursos do Passivo Circulante em relação ao quadrimestre anterior passando para 12,63 e um aumento percentual dos Capitais Próprios para 87,37% do total.

4.3.2 Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

Destaca-se na análise horizontal as contas Caixa e Provisão para devedores duvidosos, que cresceram 141,03% e 51,01%, respectivamente, do 1º para o 2º quadrimestre de 2008. O Permanente teve leve redução de 10,32%. No passivo da empresa verificou-se uma maior captação de capitais de terceiros a curto prazo (crescimento de 29,71%) com destaque para as contas de Provisões e Obrigações Tributárias, que cresceram respectivamente 39,74% e 841,16% no mesmo período.

A análise do 3º quadrimestre em relação ao primeiro reflete uma redução no volume de ativos (11,14%), concentrado no grupo de Estoque (18,46%) e um aumento na conta Caixa em 215,27%, isso representa que a empresa vendeu estoque para fazer mais caixa. Uma outra diferença é notada no passivo, principalmente no Circulante, que teve um aumento de 16,52%, mostrando uma tendência de redução dos recursos próprios, que decresceram 14,09% em relação ao 1º quadrimestre. Destaca-se ainda, novamente, a conta de Obrigações Tributárias, que cresceu 559,07%. Também se verifica no Patrimônio Líquido, o incremento das Reservas de lucros 254,92%.

Com relação ao Capital Circulante Líquido verificou-se uma situação positiva nos três períodos e uma tendência de aumento saindo de R\$ 668.727,00 no 1º quadrimestre para R\$ 888.796,00 no 3º quadrimestre, mostrando a existência de uma folga financeira de curto prazo, neste caso, a empresa não encontrará dificuldades para honrar seus compromissos e ainda poderá propor uma distribuição maior de lucros ou um investimento para aumento de participação no mercado, dependendo da política da administração. Em relação ao Capital de Giro Próprio, que foi positivo nos três períodos analisados, nota-se que está concentrado principalmente no Imobilizado, que possui o grupo de Imóveis, os quais pertencem aos sócios.

4.3.3 Análise Vertical da Demonstração de Resultados do Exercício

Na análise vertical, relativa ao 1º quadrimestre, verificou-se que 72,76% da Receita Líquida correspondeu ao Custo do Produto Vendido, 12,80% às Despesas Operacionais, chegando a um Lucro Operacional correspondente a 14,44% da Receita Líquida e que restou, após as deduções de Imposto de Renda e Contribuição Social, um Lucro Líquido de 10,33%.

Durante o 2º quadrimestre houve um avanço positivo da situação obtendo uma melhoria no Custo do Produto Vendido que decresceu para 69,81% da Receita Líquida, e também pela diminuição das Despesas Operacionais para 10,94% da Receita Líquida, o que proporcionaram um incremento no Lucro Líquido para 14,20% da Receita Líquida.

No último quadrimestre de 2008 essa tendência de melhoria continuou com o Custo do Produto Vendido (68,99%) e as Despesas Operacionais (9,67%) decrescentes, incrementando dessa forma o Lucro Líquido da empresa para 15,79% da Receita Líquida.

4.3.4 Análise Horizontal da Demonstração de Resultados do Exercício

A empresa apresenta uma situação de estabilidade nas suas contas, valendo destacar que mesmo com o decréscimo da Receita Líquida de 2,69% no 2º quadrimestre e de 2,47%, no 3º quadrimestre, sempre em relação ao primeiro, ela conseguiu aumentar o seu Lucro Líquido. Isso foi possível devido à diminuição do

Custo do Produto Vendido e das Despesas Operacionais, que resultaram no aumento do Lucro Líquido da empresa, que cresceu 33,73% no 2º período e 49,08% no último período em relação ao primeiro quadrimestre.

4.3.5 Análise de Índices

Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. Portanto, os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas permitindo construir o seu quadro de avaliação.

a) Análise financeira

Os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa, sendo que umas empresas com bons índices de liquidez têm condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas.

a -1) Liquidez imediata

No 1º quadrimestre a empresa teve, para cada R\$1,00 de dívida exigida a curto prazo, R\$ 0,563 de disponibilidades, aumentando para R\$ 0,73 no segundo e para R\$ 0,742 no terceiro. Deste índice não se pode tirar maiores conclusões, já que são necessárias mais informações para uma melhor visualização, porém podemos perceber o elevado volume de recursos nas contas Caixa, Bancos e Aplicações financeiras.

a -2) Liquidez seca

Para cada R\$1,00 de dívida com capitais de terceiros a curto prazo, a empresa possuía no primeiro período R\$ 1,776 em seu circulante, já descontado os estoques, para fazer frente aos pagamentos de curto prazo. No segundo período este índice subiu para 1,875 e no 3º quadrimestre foi para 2,054, verificando-se uma situação favorável, pois a empresa não possui dependência da venda de seus estoques para quitar seus credores circulantes, demonstrando uma baixa representatividade dos estoques. A empresa procura sempre minimizar os estoques, pois os produtos (pipoca e salgadinhos) ocupam grande volume para estocagem,

além do fato de serem perecíveis. Por outro lado percebesse um grande volume de recursos disponível, que podem ser aplicados em diversos mercados, como ações ou em aquisições de outras empresas.

a -3) Liquidez corrente

No 1º quadrimestre para cada R\$1,00 de capitais de terceiros a curto prazo, a empresa possuía R\$ 2,16 em ativos circulantes, demonstrando boa capacidade de pagamento de seus passivos circulantes. No 2º quadrimestre essa capacidade diminuiu para R\$ 2,058 e teve leve alta no último, para R\$ 2,323. Dessa forma, nos três períodos, o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante, isto significa que os investimentos no Ativo Circulante são suficientes para cobrir as dívidas, que se concentram também no curto prazo. Verifica-se que a empresa possuiu capital circulante líquido nos três períodos, como já foi afirmado anteriormente, demonstrando boa capacidade financeira para honrar seus compromissos.

a -4) Liquidez geral

Como foi ressaltado anteriormente a empresa possui uma política de vendas e compras totalmente no curto prazo, além deste fato ela não possui financiamentos, fatores que explicam a inexistência do Ativo e Passivo de longo prazo, fazendo com que a liquidez geral seja igual à liquidez corrente. Com base no índice de liquidez geral e corrente neste caso, conclui-se que a empresa possuiu capital de giro próprio nos três períodos, revelando um aspecto positivo da empresa, pois observamos que essa situação ajuda na tomada de decisões, como por exemplo, no caso de uma ampliação onde a empresa poderá alocar esses recursos.

b) Análise Estrutural

Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos.

b -1) Participação do capital de terceiros

Este índice relaciona as duas grandes fontes de recursos da empresa: capitais próprios e capitais de terceiros, ele é um indicador de risco ou de dependência de terceiros. No 1º quadrimestre a empresa utilizou para cada R\$ 100,00 de capitais próprios R\$ 10,66 de capitais de terceiros em suas aplicações,

valor esse que, no segundo período aumentou para R\$ 14,84 e no último quadrimestre, a empresa reduziu essa participação para R\$ 14,46. Conclui-se que a empresa possui um baixo nível de endividamento, porém com um pequeno aumento nos dois últimos quadrimestres.

b -2) Composição das exigibilidades

Como a empresa não possui dívidas de longo prazo suas exigibilidades são de 100% nos três períodos, ou seja, toda a dívida é exigida no curto prazo. O perfil da dívida da empresa se caracteriza no operacional rotineiro, principalmente com os fornecedores e dívidas das obrigações trabalhistas e tributárias.

b -3) Imobilização dos recursos próprios

A imobilização de seus recursos no ano de 2008 ficou sempre acima de 80% e como a empresa analisada é uma indústria é normal que seus recursos estejam na maioria dentro do Imobilizado. Isso significa que para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, a empresa aplicou mais de R\$ 80,00 em Ativo Não Circulante, ou seja, sobraram mais de R\$ 20,00 para investir no Ativo Circulante da empresa, demonstrando que a empresa sempre teve capital de giro próprio (CGP) positivo.

b -4) Capitalização

No 2º quadrimestre o percentual da média dos recursos próprios investidos no ativo foi de 88,75%, percentual esse que no 3º período ficou praticamente estável diminuindo para 87,22%, que demonstra uma pequena descapitalização da empresa, porém concluindo que, mesmo assim, a empresa possui quase 90% de recursos próprios em seus ativos.

c) Análise Econômica

Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.

c -1) Margem líquida

A empresa possuía no 1º quadrimestre 10,33% de Lucro Líquido do total de suas vendas, ou seja, para cada R\$ 100,00 vendidos a empresa obtém um lucro

líquido de R\$ 10,33. No período seguinte esse índice cresceu para a 14,20% e no último período cresceu para 15,79%, evidenciando uma tendência de crescimento do lucro da empresa.

c -2) Rentabilidade do ativo

Este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao Ativo médio. É uma medida do potencial de geração de lucro da parte da empresa. Neste caso, para cada R\$ 100,00 investidos no Ativo Médio, a empresa obteve no 2º quadrimestre R\$ 4,22 de retorno, ou seja, de lucro líquido, aumentando para R\$ 4,99 no 3º período. Deste modo, considerando o 2º quadrimestre, a empresa demoraria aproximadamente oito anos para dobrar o seu Ativo, contando exclusivamente com seu lucro. Considerando o último período a empresa demoraria 6,5 anos para dobrar o seu Ativo, o que é uma melhora considerável. Analisando-se este índice pela Margem líquida X Produtividade chega-se à conclusão que a melhoria de rentabilidade deve-se exclusivamente ao aumento da margem de lucro líquido (que cresceu 49,08% no 3º quadrimestre) já que o volume das vendas permaneceu quase o mesmo.

c -3) Rentabilidade do patrimônio líquido

O papel desse índice é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio servindo como meio de comparação com as taxas de rendimento do mercado. Neste caso, para cada R\$ 100,00 que os acionistas investiram na empresa, durante o 1º e 2º período, na média, houve um retorno no 2º quadrimestre de R\$ 4,76, sendo que no 3º quadrimestre o retorno sobre o PL Médio subiu para R\$ 5,72 para cada R\$ 100,00 investidos. Considerando essa taxa de 5,72% ao quadrimestre, que resulta em aproximadamente 1,4% ao mês, comparado com as taxas de mercado que se aproximam de 1% ao mês, é uma boa rentabilidade para os sócios. Apesar de parecer baixa, neste momento ela torna-se atrativa pois os juros básicos da economia estão decrescendo e as opções do mercado mostram certa turbulência após a crise dos mercado imobiliário americano, a qual acabou contagiando o mercado financeiro mundial. Assim, demoraria aproximadamente 50 meses para recuperar o capital investido pelos sócios, contando exclusivamente com seu lucro.

c -4) Produtividade

Esse índice mede o volume de vendas da empresa em relação ao capital total investido (Ativo Total médio). No 2º período, com base no Ativo Médio do 1º e 2º quadrimestre, a empresa teve uma produtividade de 0,30, ou seja, a empresa vendeu R\$ 0,30 para cada R\$ 1,00 investido, obtendo um volume de vendas 0,30 vezes o volume de investimentos. No período seguinte, o giro aumentou para 0,32. Apesar de ser um baixo volume de vendas, deve ser levado em consideração que a empresa possui um grande imobilizado e que seus produtos são relativamente de baixo valor monetário.

4.3.6 Conclusões da Análise das Demonstrações Contábeis

Em relação aos passivos da empresa, foi verificado a baixa utilização capitais de terceiros, menos de 15% em média, fator que pode ser melhor explorado futuramente, visando uma melhor gestão de recursos, para aumentar a rentabilidade da indústria.

O Ativo Circulante demonstrou um volume excessivo de recursos disponíveis, que poderiam ser aplicados em outros mercados, como o de ações ou investindo em compras de outras empresas ou em melhores equipamentos, visando um custo menor e conseqüentemente um aumento do lucro líquido da indústria.

A situação financeira da empresa pode ser considerada boa, por ter demonstrado ao longo dos três períodos excelente capacidade de honrar seus compromissos, porém faz-se necessária uma ressalva do fato de possuir índices de liquidez muito elevados, deixando de alocar recursos disponíveis em outros investimentos que possibilitem aumento da rentabilidade. Durante os três períodos obteve Capital Circulante Líquido e Capital de Giro Próprio positivo, demonstrando um baixo endividamento, concentrado totalmente no curto prazo.

4.4 ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

Devido ao seu faturamento a empresa teria de optar pelo Lucro Real ou pelo Presumido e não pelo Simples que é o que estava ocorrendo. Na comparação de tributação foram utilizadas as tabelas vigentes de Imposto de Renda (IR), conforme a legislação aplicável ao ramo de atividade da empresa. Será demonstrado, através do quadro, os tributos pelo Lucro Real:

Quadro 4 - Apuração dos Tributos pelo Lucro Real

MÊS	IMP. RENDA	CSLL	TOTAL
1º QUAD.	38.834,20	23.300,52	62.134,72
2º QUAD.	50.268,88	30.161,32	80.430,20
3º QUAD.	60.857,16	36.514,32	97.371,48
TOTAL DE TRIBUTOS A RECOLHER 2008			239.936,40

Conforme a proposta da comparação apresenta-se agora a tributação pelo Lucro Presumido:

Quadro 5 - Apuração dos Tributos base Lucro Presumido

MÊS	RECEITA	IRPJ%	BASE CÁLCULO	ALÍQUOTA %	IRPJ - R\$
1º QUAD.	1.920.480,00	8	153.638,40	15	23.045,76
2º QUAD.	2.024.800,00	8	161.984,00	15	24.297,60
3º QUAD.	2.228.400,00	8	181.912,00	15	27.286,80
TOTAL	6.173.680,00		497.534,40		74.630,16

MÊS	RECEITA	CSLL %	BASE CALCULO	ALÍQUOTA %	CSLL - R\$
1º QUAD.	1.920.480,00	12	230.457,60	9	20.741,18
2º QUAD.	2.024.800,00	12	242.976,00	9	21.867,84
3º QUAD.	2.228.400,00	12	267.408,00	9	24.066,72
TOTAL	6.173.680,00		740.841,60		66.675,74

TOTAL DE TRIBUTOS A RECOLHER - PRESUMIDO					141.305,90
-------------------------------------------------	--	--	--	--	-------------------

Foi verificado, através da tabela de comparação entre os métodos, que a forma que traz vantagens na apuração do IRPJ é a do Presumido, fato comprovado pela diferença entre ambos. Essa diferença foi de R\$ 98.630,50, representando aproximadamente 70% de despesa tributária a mais em comparação com o Lucro Real.

4.5 RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA

Curitiba. 25 de Maio de 2009.

A
Diretoria da Empresa X
N/ capital

Prezados Senhores

Ref.: *Relatório de auditoria das Demonstrações Contábeis referentes ao período de 01/01/08 à 31/12/08.*

Sirvo-me do presente, para encaminhar o relatório, com as observações resultantes do trabalho de auditoria realizado nessa conceituada empresa, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2008, com os comentários e observações, para que sejam tomadas as providências pertinentes, com vistas ao atendimento da legislação vigente e para o fornecimento do devido Parecer de Auditoria, conforme contrato firmado anteriormente.

CONSTATAÇÕES DA AUDITORIA:

1. Verificou-se o não recolhimento correto dos tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ICMS) referentes à operação da empresa, que está enquadrada irregularmente no Simples.

Legislação

Este fato deve-se ao enquadramento irregular na Lei do Super Simples, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, a qual prescreve que podem enquadrar-se neste regime apenas empresas de pequeno porte com faturamento anual de até R\$ 2.400.000,00.

Comentários e Recomendações

Conforme verificado na empresa, observou-se a necessidade da obediência à legislação da tributação, que determina que devido ao seu faturamento, aproximadamente R\$ 6.000.000,00, ela seja enquadrada no Regime de Lucro Real ou no Regime de Lucro Presumido. Também está incorrendo em transgressão às normas do Decreto nº 3.000/99, referente ao Regulamento de Imposto de Renda, pois está recolhendo muito menos impostos do que o valor devido, conforme pode ser visto nas demonstrações elaboradas durante a auditoria.

Como recomendação da auditoria a administração da empresa deverá efetuar a troca de regime tributário e passar a recolher corretamente os tributos. Conforme a comparação de tributação a mais vantajosa para a empresa seria a apuração do IRPJ com base no Lucro Presumido. Com isto os sócios estariam evitando possíveis multas e processos onerosos à empresa.

2. Foi verificado que a empresa não mantém a escrituração dos livros fiscais, exigidos em lei.

Legislação

Quando a empresa não cumpre os prazos legais para a escrituração esta infringindo a NBC T 21, da Resolução CFC 563/83. O contador poderá ser enquadrado pelo Código de Ética dos Contabilistas, no seu Artigo 2º inciso I e Artigo 3º Inc. II, VIII e X. Também vai contra o Imposto de Renda, conforme o Decreto nº 3.000/99, referente ao RIR.

Comentários e Recomendações

Neste caso a empresa estará deixando de atender o RIR/99, a Lei das Sociedades Anônimas (6.404/76) e ainda o Decreto-lei 486/69. Em caso de fiscalização tanto a empresa quanto o contador serão penalizados, devendo regularizar a situação para conseguir benefícios fiscais, empréstimos ou documentos comprobatórios da idoneidade da entidade.

A recomendação é elaborar os livros contábeis e fiscais obrigatórios nos prazos prescritos em lei. Isto fará com que a empresa tenha maior credibilidade e evitará possíveis multas ou processos judiciais, tanto por parte do governo quanto dos sócios.

3. Verificou-se que a empresa não possui controles internos adequados.

Legislação

Neste caso a empresa não estaria infringindo nenhuma lei específica, porém cabe ao auditor, conforme a Instrução SEST n.º 02, de 05.10.86, averiguar os controles internos.

Comentários e Recomendações

Para que a empresa possa obter credibilidade e maior valor no mercado, torna-se indispensável a transparência de suas operações e o devido controle sobre as mesmas. O controle interno é indispensável para a redução de erros ou fraudes que possam ocorrer em diversas áreas da empresa.

A sugestão é adequar controles internos para um melhor gerenciamento da empresa, evitando desvios por erros ou fraudes. Pode-se pensar nos custos de implantação, porém os benefícios são maiores que eles. Com um controle interno adequado a empresa estará obtendo informações mais verdadeiras além de estar combatendo possíveis prejuízos advindos das fraudes ou erros.

4. Verificou-se que a empresa efetuou o pagamento de despesas particulares com alimentação, cartões de crédito, passagens e estadia, realizada por um dos sócios e seus familiares, quando o mesmo estava em gozo de férias.

Legislação

Estaria contra um dos princípios fundamentais da contabilidade, o princípio da Entidade (Resolução CFC nº 750/93), o qual afirma que não se deve utilizar os bens da empresa para propósitos pessoais e vice-versa. Também, estaria afetando o lucro dos outros sócios, já que a empresa estaria pagando uma despesa particular do sócio, em detrimento do lucro da mesma. Este fato encontra-se qualificada no RIR/99, Art. 981 e Art. 464, Inc VI, que prescreve sobre a distribuição disfarçada dos lucros.

Comentários e Recomendações

Este é um fato muito comum nas empresas brasileiras e faz-se necessária uma ação concreta da direção, para que tais fatores não afetem a imagem e a integridade da empresa. Ao realizar transações com sintomas de fraudes a empresa estará formando um passivo fiscal e acionário, o qual prejudicará suas operações futuramente.

Para se adequar às normas da legislação, a empresa deve possuir um departamento contábil competente e sua diretoria deve seguir à risca as Leis e normas contábeis, com a intenção de valorizar a empresa e adquirir a confiança dos sócios e de possíveis investidores.

Como recomendação fica a sugestão do ajuste contábil, fazendo com que o sócio recoloca na empresa o valor pago, indevidamente, na viagem.

Acima estão refletidos os resultados do trabalho de auditoria, realizado à luz da legislação contábil, e com base nas normas e procedimentos de auditoria aplicável às circunstâncias.

Coloco-me a disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente

JCLT Auditor Interno
REGISTRO NO CRC/PR Nº 1682

JULIO CESAR DE LARA TEIXEIRA
CRCPR-CO v 8269JO-2

5. CONSIDERAÇÕES

Conforme os objetivos específicos relatados no início deste trabalho, foi verificado o cenário existente e chegou-se a constatação de que a empresa não possuía controles internos adequados. Também se verificou que a contabilidade estava incorreta e que não refletia adequadamente as operações da empresa.

Diante dos fatos relatados, foram colhidos diversos dados na empresa, buscando refazer o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado. Com estes demonstrativos foi feita uma análise dos resultados e a sugestão do correto enquadramento tributário.

Como sugestões à empresa foram elaboradas diversas planilhas, que seguem em anexo, demonstrando que a contabilidade é uma ferramenta imprescindível ao empresário para a tomada de decisão.

A conclusão da análise dos resultados demonstrou que, apesar da empresa não possuir altos índices de retornos econômico-financeiros, como uma baixa rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido, sua situação pode ser considerada boa. Ela apresentou uma tendência de melhora durante a análise do ano de 2008, além do fato de ela possuir a liderança do mercado em que atua.

Logicamente, esses índices podem ser melhorados, uma das propostas é a de se agregar mais valor aos produtos ou partindo para a aquisição das maiores concorrentes, visando agregar uma maior fatia do mercado que está inserida. Um exemplo, de melhoria seria a variação de sabor e maior qualidade, visando agregar valor aos produtos, investindo em marketing e propaganda demonstrando essa qualidade, melhorando assim a lucratividade.

Em relação ao Imposto de Renda, através da tabela de comparação entre os métodos, percebe-se que a forma que traz vantagens na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica é a do Lucro Presumido, fato comprovado pela diferença entre ambos. Essa diferença chegou próxima a R\$ 100.000,00, representando uma despesa adicional considerada para a empresa.

Foi comprovado através da análise dos resultados, que mesmo se a empresa vier a optar pela tributação do Lucro Real terá possibilidades de auferir lucros. Logicamente a melhor opção seria a do Presumido, devendo fazer a contabilidade da empresa no intuito de um melhor gerenciamento dos recursos, além de continuar a atender ao Fisco.

Para o correto atendimento à legislação e para melhorar os controles internos, conforme o relatório de auditoria, foram dadas algumas sugestões como: adequação ao regime tributário do Lucro Presumido; melhora dos controles internos como as planilhas que estão em anexo; adequação do departamento de contabilidade para o correto atendimento da legislação; não confundir as operações da pessoa física com a jurídica para não contrariar ao Princípio Contábil da Entidade.

Aos empresários, responsáveis pela administração da Empresa X, ressalta-se que a contabilidade pode oferecer a segurança necessária ao crescimento sustentável da empresa, pois no caso de uma fiscalização os ônus a pagar poderão levar a empresa à insolvência.

Finalmente, este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, sugerindo novas pesquisas que possam auxiliar os empresários na utilização correta da contabilidade.

6. REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido, **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luiz, **Contabilidade Gerencial: um enfoque em Sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos: incluía Abc**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 1996.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Daniel Salgueiro da...[et al.]; coordenação de Pedro Coelho Neto. **Manual De Procedimentos Contábeis Para Micro E Pequenas Empresas**. 5ª. ed. Brasília, CFC : SEBRAE, 2002.

FRANCO, Hilário E MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 1992.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

BRASIL. **Lei 6.404/76**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. D.O.U. de 17.12.1976.

BRASIL. **Lei 11.638/07**. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. D.O.U. de 28.12.2007.

BRASIL - Sebrae. **MANUAL Micro P E CFC**.

<http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/formalizesuaempresa.asp>

Acesso às 19 30hs de 20 de Maio de 2009.

7. ANEXOS

7.1 ANEXO – I – TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS EM 2008

TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS NO 1º QUADRIMESTRE

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	V. COMPRA	ICMS	PIS	COFINS	V. LIQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Farinha de trigo - KG	43.200	0,800	34.560,00	4.147,20	570,24	2.626,56	27.216,00	0,63
Farinha de milho/ glits - KG	110.000	0,520	57.200,00	6.864,00	943,80	4.347,20	45.045,00	0,41
Gordura - KG	4.000	1,960	7.840,00	940,80	129,36	595,84	6.174,00	1,54
Gordura de palma - KG	4.000	2,570	10.280,00	1.233,60	169,62	781,28	8.095,50	2,02
Sal - KG	7.200	0,370	2.664,00	319,68	43,96	202,46	2.097,90	0,29
Aroma/ temperos - KG	1.000	21,000	21.000,00	2.520,00	346,50	1.596,00	16.537,50	16,54
Milho canjicado - KG	120.000	0,540	64.800,00	7.776,00	1.069,20	4.924,80	51.030,00	0,43
Açúcar - KG	28.000	0,800	22.400,00	2.688,00	369,60	1.702,40	17.640,00	0,63
Glucosato monossódico - KG	1.000	5,640	5.640,00	676,80	93,06	428,64	4.441,50	4,44
Embalagem(pp mono) - KG	20.000	8,100	162.000,00	19.440,00	2.673,00	12.312,00	127.575,00	6,38
Emb. (pp mono/pig.) KG	10.000	10,500	105.000,00	12.600,00	1.732,50	7.980,00	82.687,50	8,27
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	1.200	18,000	21.600,00	2.592,00	356,40	1.641,60	17.010,00	14,18
Re-embalagem - Pacotes	280.000	0,100	28.000,00	3.360,00	462,00	2.128,00	22.050,00	0,08
TOTAL			542.984,00	65.158,08	8.959,24	41.266,78	427.599,90	

TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS NO 1º QUADRIMESTRE

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	V. COMPRA	ICMS	PIS	COFINS	V. LIQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Farinha de trigo - KG	86.400	0,800	69.120,00	8.294,40	1.140,48	5.253,12	54.432,00	0,63
Farinha de milho/ glits - KG	220.000	0,520	114.400,00	13.728,00	1.887,60	8.694,40	90.090,00	0,41
Gordura - KG	8.000	1,960	15.680,00	1.881,60	258,72	1.191,68	12.348,00	1,54
Gordura de palma - KG	8.000	2,570	20.560,00	2.467,20	339,24	1.562,56	16.191,00	2,02
Sal - KG	14.400	0,370	5.328,00	639,36	87,91	404,93	4.195,80	0,29
Aroma/ temperos - KG	2.000	21,000	42.000,00	5.040,00	693,00	3.192,00	33.075,00	16,54
Milho canjicado - KG	240.000	0,540	129.600,00	15.552,00	2.138,40	9.849,60	102.060,00	0,43
Açúcar - KG	56.000	0,800	44.800,00	5.376,00	739,20	3.404,80	35.280,00	0,63
Glucosato monossódico - KG	2.000	5,640	11.280,00	1.353,60	186,12	857,28	8.883,00	4,44
Embalagem(pp mono) - KG	40.000	8,100	324.000,00	38.880,00	5.346,00	24.624,00	255.150,00	6,38
Emb. (pp mono/pig.) KG	20.000	10,500	210.000,00	25.200,00	3.465,00	15.960,00	165.375,00	8,27
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	2.400	18,000	43.200,00	5.184,00	712,80	3.283,20	34.020,00	14,18
Re-embalagem - Pacotes	560.000	0,100	56.000,00	6.720,00	924,00	4.256,00	44.100,00	0,08
TOTAL			1.085.968,00	130.316,16	17.918,47	82.533,57	855.199,80	

TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS NO 2º QUADRIMESTRE

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	V. COMPRA	ICMS	PIS	COFINS	V. LIQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Farinha de trigo - KG	28.000	0,860	24.080,00	2.889,60	397,32	1.830,08	18.963,00	0,68
Farinha de milho/ gíflis - KG	8.000	0,560	4.480,00	537,60	73,92	340,48	3.528,00	0,44
Gordura - KG	2.000	1,890	3.780,00	453,60	62,37	287,28	2.976,75	1,49
Gordura de palma - KG	1.000	2,640	2.640,00	316,80	43,56	200,64	2.079,00	2,08
Sal - KG	7.200	0,410	2.952,00	354,24	48,71	224,35	2.324,70	0,32
Aroma/ temperos - KG	400	23,000	9.200,00	1.104,00	151,80	699,20	7.245,00	18,11
Milho canjicado - KG	240.000	0,520	124.800,00	14.976,00	2.059,20	9.484,80	98.280,00	0,41
Açúcar - KG	20.000	0,900	18.000,00	2.160,00	297,00	1.368,00	14.175,00	0,71
Glucosato monossódico - KG	1.000	5,800	5.800,00	696,00	95,70	440,80	4.567,50	4,57
Embalagem(pp mono) - KG	6.000	7,800	46.800,00	5.616,00	772,20	3.556,80	36.855,00	6,14
Emb. (pp mono/pig.) KG	7.200	10,300	74.160,00	8.899,20	1.223,64	5.636,16	58.401,00	8,11
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	1.000	17,600	17.600,00	2.112,00	290,40	1.337,60	13.860,00	13,86
Re-embalagem - Pacotes	320.000	0,120	38.400,00	4.608,00	633,60	2.918,40	30.240,00	0,09
TOTAL			372.692,00	44.723,04	6.149,42	28.324,59	293.494,95	

TABELA DE ESTOQUES ADQUIRIDOS NO 3º QUADRIMESTRE

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	V. COMPRA	ICMS	PIS	COFINS	V. LIQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Farinha de trigo - KG	86.400	0,860	74.304,00	8.916,48	1.226,02	5.647,10	58.514,40	0,68
Farinha de milho/ gíflis - KG	220.000	0,560	123.200,00	14.784,00	2.032,80	9.363,20	97.020,00	0,44
Gordura - KG	8.000	1,890	15.120,00	1.814,40	249,48	1.149,12	11.907,00	1,49
Gordura de palma - KG	8.000	2,640	21.120,00	2.534,40	348,48	1.605,12	16.632,00	2,08
Sal - KG	14.400	0,410	5.904,00	708,48	97,42	448,70	4.649,40	0,32
Aroma/ temperos - KG	2.000	23,000	46.000,00	5.520,00	759,00	3.496,00	36.225,00	18,11
Milho canjicado - KG	240.000	0,520	124.800,00	14.976,00	2.059,20	9.484,80	98.280,00	0,41
Açúcar - KG	56.000	0,900	50.400,00	6.048,00	831,60	3.830,40	39.690,00	0,71
Glucosato monossódico - KG	2.000	5,800	11.600,00	1.392,00	191,40	881,60	9.135,00	4,57
Embalagem(pp mono) - KG	40.000	7,800	312.000,00	37.440,00	5.148,00	23.712,00	245.700,00	6,14
Emb. (pp mono/pig.) KG	20.000	10,300	206.000,00	24.720,00	3.399,00	15.656,00	162.225,00	8,11
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	2.400	17,600	42.240,00	5.068,80	696,96	3.210,24	33.264,00	13,86
Re-embalagem - Pacotes	560.000	0,120	67.200,00	8.064,00	1.108,80	5.107,20	52.920,00	0,09
TOTAL			1.099.888,00	131.986,56	18.148,15	83.591,49	866.161,80	

7.2 ANEXO – II – FICHAS DE CONTROLE DE ESTOQUE POR MÉDIA
PONDERADA

FARINHA DE TRIGO											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	43.200	1	0,63	108.864,00					43.200	0,63	27.216,00
1º Q	86.400	2	0,63	54.432,00					129.600	0,63	81.648,00
1º Q			-	-	57.143	1	0,63	35.999,99	72.457	0,63	45.648,01
2º Q	28.000	3	0,68	18.963,00					100.457	0,64	64.611,01
2º Q			-	-	61.818	2	0,64	39.759,60	38.639	0,64	24.851,41
3º Q	86.400	4	0,68	58.752,00					125.039	0,67	83.603,41
3º Q			-	-	65.455	3	0,67	43.764,16	59.584	0,67	39.839,26
TOTAL	200.800		0,66	132.147,00	184.416			119.523,74	59.584	0,67	39.839,26

FARINHA DE MILHO / GLITS											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	110.000	1	0,41	45.045,00					110.000	0,41	45.045,00
1º Q	220.000	2	0,41	90.090,00					330.000	0,41	135.135,00
1º Q			-	-	39.072	1	0,41	16.000,00	290.928	0,41	119.135,00
2º Q	8.000	3	0,44	3.528,00					298.928	0,41	122.663,00
2º Q			-	-	39.484	2	0,41	16.201,98	259.444	0,41	106.461,02
3º Q	220.000	4	0,44	97.020,00					479.444	0,42	203.481,02
3º Q			-	-	40.381	3	0,42	17.138,27	439.063	0,42	186.342,75
TOTAL	448.000		0,43	190.638,00	118.937			49.340,25	439.063	0,42	186.342,75

GORDURA											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	4.000	1	1,55	6.186,00					4.000	1,55	6.186,00
1º Q	8.000	2	1,54	12.348,00					12.000	1,54	18.522,00
1º Q			-	-	5.183	1	1,54	8.000,00	6.817	1,54	10.522,00
2º Q	2.000	3	1,49	2.976,76					8.817	1,53	13.498,76
2º Q			-	-	4.738	2	1,53	7.253,99	4.079	1,53	6.244,77
3º Q	8.000	4	1,49	11.907,00					12.079	1,50	18.151,77
3º Q			-	-	4.846	3	1,50	7.282,05	7.233	1,50	10.869,72
TOTAL	18.000		1,51	27.231,76	14.767			22.536,04	7.233	1,50	10.869,72

GORDURA DE PALMA											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	4.000	1	2,02	32.382,08					4.000	2,02	8.095,52
1º Q	8.000	2	2,02	16.191,00					12.000	2,02	24.286,50
1º Q			-	-	2.372	1	2,02	4.799,98	9.628	2,02	19.486,52
2º Q	1.000	3	2,08	2.079,00					10.628	2,03	21.565,52
2º Q			-	-	2.318	2	2,03	4.703,73	8.310	2,03	16.861,78
3º Q	8.000	4	2,08	16.632,00					16.310	2,05	33.493,78
3º Q			-	-	2.455	3	2,05	5.040,55	13.856	2,05	28.453,24
TOTAL	17.000		2,05	34.902,00	7.144			14.544,26	13.856	2,05	28.453,24

SAL											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	7.200	1	0,32	2.324,72					7.200	0,32	2.324,72
1º Q	14.400	2	0,32	4.649,40					21.600	0,32	6.974,10
1º Q			-	-	3.440	1	0,32	1.110,69	18.160	0,32	5.863,41
2º Q	7.200	3	0,32	2.324,72					25.360	0,32	8.188,13
2º Q			-	-	11.845	2	0,32	3.824,53	13.515	0,32	4.363,60
3º Q	14.400	4	0,32	4.649,40					27.915	0,32	9.013,00
3º Q			-	-	12.114	3	0,32	3.911,44	15.800	0,32	5.101,56
TOTAL	36.000		0,32	11.623,52	27.400			8.846,66	15.800	0,32	5.101,56

AROMA / TEMPEROS											
Data	ENTRADA				SAÍDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	1.000	1	16,5	16.537,52	-	-	-	-	1.000	16,5	16.537,52
1º Q	2.000	2	16,5	33.075,00	-	-	-	-	3.000	16,5	49.612,50
1º Q	-	-	-	-	919	1	16,5	15.199,98	2.081	16,5	34.412,52
2º Q	400	3	18,1	7.245,00	-	-	-	-	2.481	16,8	41.657,52
2º Q	-	-	-	-	917	2	16,8	15.395,07	1.564	16,8	26.262,45
3º Q	2.000	4	18,1	36.225,00	-	-	-	-	3.564	17,5	62.487,45
3º Q	-	-	-	-	949	3	17,5	16.644,91	2.615	17,5	45.842,54
TOTAL	4.400	-	17,4	76.545,00	2.785	-	-	47.239,96	2.615	17,5	45.842,54

MILHO CANJICADO											
Data	ENTRADA				SAÍDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	120.000	1	0,43	51.030,00	-	-	-	-	120.000	0,43	51.030,00
1º Q	240.000	2	0,43	102.060,00	-	-	-	-	360.000	0,43	153.090,00
1º Q	-	-	-	-	244.562	1	0,43	104.000,01	115.438	0,43	49.089,99
2º Q	240.000	3	0,41	98.280,00	-	-	-	-	355.438	0,41	147.369,99
2º Q	-	-	-	-	242.105	2	0,41	100.380,54	113.333	0,41	46.989,46
3º Q	240.000	4	0,41	98.280,00	-	-	-	-	353.333	0,41	145.269,46
3º Q	-	-	-	-	242.105	3	0,41	99.539,34	111.227	0,41	45.730,11
TOTAL	720.000	-	0,41	298.620,00	728.773	-	-	303.919,89	111.227	0,41	45.730,11

AÇUCAR											
Data	ENTRADA				SAÍDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	28.000	1	0,63	70.560,00	-	-	-	-	28.000	0,63	17.640,00
1º Q	56.000	2	0,63	35.280,00	-	-	-	-	84.000	0,63	52.920,00
1º Q	-	-	-	-	31.746	1	0,63	20.000,01	52.254	0,63	32.919,99
2º Q	20.000	3	0,71	14.175,00	-	-	-	-	72.254	0,65	47.094,99
2º Q	-	-	-	-	29.053	2	0,65	18.936,46	43.201	0,65	28.158,54
3º Q	56.000	4	0,71	39.690,00	-	-	-	-	99.201	0,68	67.848,54
3º Q	-	-	-	-	29.053	3	0,68	19.870,49	70.149	0,68	47.978,05
TOTAL	132.000	-	0,68	89.145,00	89.851	-	-	58.806,95	70.149	0,68	47.978,05

GLUCOMATO MONOSSÓDICO											
Data	ENTRADA				SAÍDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	1.000	1	4,44	4.441,52	-	-	-	-	1.000	4,44	4.441,52
1º Q	2.000	2	4,44	8.883,00	-	-	-	-	3.000	4,44	13.324,50
1º Q	-	-	-	-	856	1	4,44	3.799,99	2.144	4,44	9.524,51
2º Q	1.000	3	4,57	4.567,52	-	-	-	-	3.144	4,48	14.092,03
2º Q	-	-	-	-	808	2	4,48	3.619,50	2.337	4,48	10.472,53
3º Q	2.000	4	4,57	9.135,00	-	-	-	-	4.337	4,52	19.607,53
3º Q	-	-	-	-	790	3	4,52	3.570,30	3.547	4,52	16.037,23
TOTAL	5.000	-	4,52	22.585,52	2.453	-	-	10.989,79	3.547	4,52	16.037,23

EMBALAGEM (PP MONO)											
Data	ENTRADA				SAÍDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	20.000	1	6,38	127.575,00	-	-	-	-	20.000	6,38	127.575,00
1º Q	40.000	2	6,38	255.150,00	-	-	-	-	60.000	6,38	382.725,00
1º Q	-	-	-	-	32.608	1	6,38	208.000,00	27.392	6,38	174.725,00
2º Q	6.000	3	6,14	36.855,00	-	-	-	-	33.392	6,34	211.580,00
2º Q	-	-	-	-	32.574	2	6,34	206.400,64	817	6,34	5.179,36
3º Q	40.000	4	6,14	245.700,00	-	-	-	-	40.817	6,15	250.879,36
3º Q	-	-	-	-	33.315	3	6,15	204.764,47	7.503	6,15	46.114,89
TOTAL	86.000	-	6,25	537.705,0	98.497	-	-	619.165,1	7.503	6,15	46.114,89

EMBALAGEM (PP MONO PIGMENTADA)											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	10.000	1	8,27	330.750,00	-	-	-	-	10.000	8,27	82.687,50
1º Q	20.000	2	8,27	165.375,00	-	-	-	-	30.000	8,27	248.062,50
1º Q	-	-	-	-	16.931	1	8,27	140.000,00	13.069	8,27	108.062,50
2º Q	7.200	3	8,11	58.401,00	-	-	-	-	20.269	8,21	166.463,50
2º Q	-	-	-	-	15.495	2	8,21	127.255,07	4.774	8,21	39.208,43
3º Q	20.000	4	8,11	162.225,00	-	-	-	-	24.774	8,13	201.433,43
3º Q	-	-	-	-	15.495	3	8,13	125.984,77	9.279	8,13	75.448,66
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	47.200		8,18	386.001,0	47.921			393.239,8	9.279	8,13	75.448,66

EMBALAGEM (BOPP + BOPP)											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	1.200	1	14,2	17.010,00	-	-	-	-	1.200	14,2	17.010,00
1º Q	2.400	2	14,2	34.020,00	-	-	-	-	3.600	14,2	51.030,00
1º Q	-	-	-	-	1.411	1	14,2	20.000,00	2.189	14,2	31.030,00
2º Q	1.000	3	13,9	13.860,00	-	-	-	-	3.189	14,1	44.890,00
2º Q	-	-	-	-	1.391	2	14,1	19.578,90	1.798	14,1	25.311,10
3º Q	2.400	4	13,9	33.264,00	-	-	-	-	4.198	14,0	58.575,10
3º Q	-	-	-	-	1.473	3	14,0	20.548,29	2.725	14,0	38.026,80
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.800		14,0	81.144,00	4.275			60.127,20	2.725	14,0	38.026,80

RE-EMBALAGEM											
Data	ENTRADA				SAIDA				SALDO		
	Quant.	NF	V. Un.	Total	Quant.	RE	V. Un.	Total	Quant.	V. Un.	Total
Inicial	280.000	1	0,08	22.050,00	-	-	-	-	280.000	0,08	22.050,00
1º Q	560.000	2	0,08	44.100,00	-	-	-	-	840.000	0,08	66.150,00
1º Q	-	-	-	-	380.952	1	0,08	30.000,00	459.048	0,08	36.150,00
2º Q	320.000	3	0,09	30.240,00	-	-	-	-	779.048	0,09	66.390,00
2º Q	-	-	-	-	352.000	2	0,09	29.997,24	427.048	0,09	36.392,76
3º Q	560.000	4	0,09	52.920,00	-	-	-	-	987.048	0,09	89.312,76
3º Q	-	-	-	-	360.000	3	0,09	32.574,51	627.048	0,09	56.738,25
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.440.000		0,09	127.260,00	1.092.952			92.571,75	627.048	0,09	56.738,25

7.3 ANEXO – III – FATURAS DO 1º QUADRIMESTRE DOS CIFS - ENERGIA
ELÉTRICA, GÁS E ÁGUA

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	VALOR FAT.	ICMS	PIS	COFINS	V. LÍQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Energia Elétrica - KWH	140.000	0,638	89.320,00	10.718,40	1.473,78	6.788,32	70.339,50	0,50
Gás - KG	36.400	2,198	80.007,20	9.600,86	1.320,12	6.080,55	63.005,67	1,73
Água - Litros	160.000	0,090	14.400,00	1.728,00	237,60	1.094,40	11.340,00	0,07
TOTAL			183.727,20	22.047,26	3.031,51	13.963,27	144.685,17	

FATURAS DO 2º QUADRIMESTRE DOS CIFS - ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ÁGUA

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	VALOR FAT.	ICMS	PIS	COFINS	V. LÍQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Energia Elétrica - KWH	152.000	0,638	96.976,00	11.637,12	1.600,10	7.370,18	76.368,60	0,50
Gás - KG	40.000	2,198	87.920,00	10.550,40	1.450,68	6.681,92	69.237,00	1,73
Água - Litros	160.000	0,090	14.400,00	1.728,00	237,60	1.094,40	11.340,00	0,07
TOTAL			199.296,00	23.915,52	3.288,38	15.146,50	156.945,60	

FATURAS DO 3º QUADRIMESTRE DOS CIFS - ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ÁGUA

PRODUTO	QUANT.	P.UNIT	VALOR FAT.	ICMS	PIS	COFINS	V. LÍQ. TOTAL	V. LIQ. UNIT
Energia Elétrica - KWH	152.000	0,638	96.976,00	11.637,12	1.600,10	7.370,18	76.368,60	0,50
Gás - KG	36.400	2,198	80.007,20	9.600,86	1.320,12	6.080,55	63.005,67	1,73
Água - Litros	168.000	0,090	15.120,00	1.814,40	249,48	1.149,12	11.907,00	0,07
TOTAL			192.103,20	23.052,38	3.169,70	14.599,84	151.281,27	

7.4 ANEXO – IV – TABELA DAS DEPRECIACOES DA PRODUÇAO

TABELA DAS DEPRECIÇÕES DA PRODUÇÃO

CÓD	DESCRIÇÃO	T. ANO	V. DE AQUISIÇÃO	ANUAL	Quadrimestre	MENSAL
779	IMÓVEIS	25	2.250.000,00	90.000,00	30.000,00	7.500,00
787	MAQUINAS E EQUIP.	10	1.199.000,00	119.900,00	39.966,67	9.991,67
795	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10	4.180,00	418	139,33	34,83
817	SIST. EQUIP. INFORMÁTICA	5	2.280,00	456	152,00	38,00
	TOTAL DEPRECIÇÃO		3.455.460,00	210.774,00	70.258,00	17.564,50

1º QUADRIMESTRE

CÓD	DEPRECIÇÃO	VALOR	SALG MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
779	IMÓVEIS	30.000,00	13.978,88	12.735,53	3.285,59
787	MAQUINAS E EQUIP.	39.966,67	18.622,98	16.966,55	4.377,14
795	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	139,33	64,92	59,15	15,26
817	SIST. EQUIP. INFORMÁTICA	152,00	70,83	64,53	16,65
	TOTAL	70.258,00	32.737,61	29.825,75	7.694,64

2º QUADRIMESTRE

CÓD	DEPRECIÇÃO	VALOR	SALG MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
779	IMÓVEIS	30.000,00	14.087,00	12.395,96	3.517,04
787	MAQUINAS E EQUIP.	39.966,67	18.767,02	16.514,17	4.685,48
795	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	139,33	65,43	57,57	16,33
817	SIST. EQUIP. INFORMÁTICA	152,00	71,37	62,81	17,82
	TOTAL	70.258,00	32.990,83	29.030,50	8.236,67

3º QUADRIMESTRE

CÓD	DEPRECIÇÃO	VALOR	SALG MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
779	IMÓVEIS	30.000,00	13.982,58	12.232,35	3.785,07
787	MAQUINAS E EQUIP.	39.966,67	18.627,90	16.296,21	5.042,55
795	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	139,33	64,94	56,81	17,58
817	SIST. EQUIP. INFORMÁTICA	152,00	70,85	61,98	19,18
	TOTAL	70.258,00	32.746,27	28.647,36	8.864,38

DEPRECIÇÃO DPTO VENDAS

CÓD	DESCRIÇÃO	T. ANO	V. DE AQUISIÇÃO	ANUAL	Quadrimestre	MENSAL
808	VEÍCULOS	5	573.634,00	114.726,80	38.242,27	9.560,57

AMORTIZAÇÃO DAS DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

VALOR DA CONTA	67.470,00
VALOR QUADRIMESTRAL A AMORTIZAR	4.498,00
VALOR MENSAL A AMORTIZAR	1.124,50

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	CLIENTES	PERCENTUAL (3% DO TOTAL)
1 Q	1.120.480,00	33.614,40
2 Q	712.800,00	21.384,00
3 Q	810.000,00	24.300,00

7.5 ANEXO – V – RATEIO DOS CUSTOS INDIRETOS

RATEIO DOS CUSTOS INDIRETOS

MATÉRIA-PRIMA CONSUMIDA - 1º QUADRIMESTRE

SALGADINHO DE MILHO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de milho/ gliets - KG	35.894,56	0,41	14.716,77
Gordura - KG	4.307,35	1,54	6.633,31
Sal - KG	10.768,37	0,29	3.122,83
Aroma/ temperos - KG	538,42	16,54	8.905,44
Glucomato monossódico - KG	717,89	4,44	3.187,44
Embalagem(pp mono) - KG	29.613,01	6,38	188.931,02
Re-embalagem - Pacotes	320.000	0,08	25.600,00
TOTAL DE MATÉRIA - PRIMA - 80.000 FARDOS			251.096,80

PIPOCA	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Milho canjicado - KG	221.052,63	0,43	95.052,63
Açúcar - KG	26.526,32	0,63	16.711,58
Emb. (pp mono/pig.) KG	14.147,37	8,27	116.998,74
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 21.000 FARDOS			228.762,95

SALGADINHO DE TRIGO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de trigo - KG	53.090,91	0,63	33.447,27
Gordura de palma - KG	1.990,91	2,02	4.021,64
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	1.194,55	14,18	16.938,65
Aroma/ temperos - KG	278,73	16,54	4.610,15
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 7.300 FARDOS			59.017,71

TOTAL GERAL MATÉRIA-PRIMA - JANEIRO **538.877,46**

RATEIO CIFS 1º QUADRIMESTRE

MATÉRIA-PRIMA POR PRODUTO	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
% PARA RATEIO DOS CIFS	251.096,80	228.762,95	59.017,71
	46,60%	42,45%	10,95%

CIFS	TOTAL	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
ENERGIA ELÉTRICA -KWH	70.339,52	32.775,59	29.860,36	7.703,57
GÁS	63.005,68	29.358,30	26.747,02	6.900,36
ÁGUA	11.340,00	5.284,02	4.814,03	1.241,95
DEPRECIÇÕES	70.258,00	32.737,61	29.825,75	7.694,64
MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.	40.000,00	18.638,51	16.980,70	4.380,79
MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	931,93	849,04	219,04
FOLHA PAGAMENTO	168.503,12	78.516,17	71.532,53	18.454,42
FGTS S/ FOLHA	13.184,00	6.143,25	5.596,84	1.443,91
INSS S/ FOLHA - EMPRESA	44.821,78	20.885,28	19.027,63	4.908,87
- (DESC. SALÁRIO FAMÍLIA)				
PROV. FÉRIAS	14.041,93	6.543,01	5.961,04	1.537,87
PROV. 13º SALARIO	14.041,93	6.543,01	5.961,04	1.537,87
VALE TRANSPORTE	21.852,80	10.182,59	9.276,90	2.393,31
- (DESC. VT EMPREGADO)				
VALE REFEIÇÃO	28.160,00	13.121,51	11.954,41	3.084,08
- (DESC. VR EMPREGADO)				
TOTAL DE CIFS	561.548,75	261.660,78	238.387,31	61.500,67
CUSTO DA PRODUÇÃO	1.100.426,22	512.757,58	467.150,25	120.518,38

IMPOSTOS SOBRE A FOLHA - PARTE DO EMPREGADO

INSS S/ FOLHA - EMPREGADO	14.175,52
IMP. RENDA (IRRF) S/ FOLHA	4.268,92

RATEIO DOS CIFS

MATÉRIA-PRIMA CONSUMIDA - 2º QUADRIMESTRE

SALGADINHO DE MILHO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de milho/ glits - KG	39.484,02	0,41	16.201,99
Gordura - KG	4.738,08	1,53	7.249,27
Sal - KG	11.845,20	0,32	3.790,47
Aroma/ temperos - KG	592,26	16,79	9.944,64
Glucomato monossódico - KG	789,68	4,48	3.537,77
Embalagem(pp mono) - KG	32.574,31	6,34	206.521,14
Re-embalagem - Pacotes	352.000,00	0,09	31.680,00
TOTAL DE MATÉRIA - PRIMA - 88.000 FARDOS			278.925,27

PIPOCA	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Milho canjicado - KG	242.105,26	0,41	99.346,20
Açúcar - KG	29.052,63	0,65	18.884,21
Emb. (pp mono/pig.) KG	15.494,74	8,21	127.211,79
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 23.000 FARDOS			245.442,20

SALGADINHO DE TRIGO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de trigo - KG	61.818,18	0,64	39.759,59
Gordura de palma - KG	2.318,18	2,03	4.705,91
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	1.390,91	14,18	19.723,09
Aroma/ temperos - KG	324,55	16,79	5.449,44
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 8.500 FARDOS			69.638,03

TOTAL GERAL MATÉRIA-PRIMA - FEVEREIRO 594.005,51

RATEIO CIFS 2º QUADRIMESTRE

MATÉRIA-PRIMA POR PRODUTO	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
% PARA RATEIO DOS CIFS	278.925,27	245.442,20	69.638,03
	46,96%	41,32%	11,72%

CIFS	TOTAL	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
ENERGIA ELÉTRICA -KWH	76.368,60	35.860,16	31.555,39	8.953,05
GÁS	69.237,00	32.511,40	28.608,63	8.116,98
ÁGUA	11.340,00	5.324,89	4.685,67	1.329,44
DEPRECIACÕES	70.258,00	32.990,83	29.030,50	8.236,67
MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.	40.000,00	18.782,67	16.527,94	4.689,39
MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	939,13	826,40	234,47
FOLHA PAGAMENTO	168.503,12	79.123,47	69.625,24	19.754,40
FGTS S/ FOLHA	13.184,00	6.190,77	5.447,61	1.545,62
INSS S/ FOLHA - EMPRESA - (DESC. SALÁRIO FAMÍLIA)	44.821,78	21.046,82	18.520,29	5.254,67
PROV. FÉRIAS	14.041,93	6.593,62	5.802,10	1.646,20
PROV. 13º SALARIO	14.041,93	6.593,62	5.802,10	1.646,20
VALE TRANSPORTE (DESC. VT EMPREGADO)	21.852,80	10.261,35	9.029,54	2.561,91
VALE REFEIÇÃO (DESC. VR EMPREGADO)	28.160,00	13.223,00	11.635,67	3.301,33
TOTAL DE CIFS	573.809,15	269.441,74	237.097,10	67.270,32
CUSTO DA PRODUÇÃO	1.167.814,66	548.367,01	482.539,30	136.908,35

IMPOSTOS SOBRE A FOLHA - PARTE DO EMPREGADO

INSS S/ FOLHA - EMPREGADO	14.175,52
IMP. RENDA (IRRF) S/ FOLHA	4.268,92

RATEIO DOS CIFS

MATÉRIA-PRIMA CONSUMIDA - 3º QUADRIMESTRE

SALGADINHO DE MILHO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de milho/ gliis - KG	40.381,38	0,43	17.363,99
Gordura - KG	4.845,77	1,50	7.268,65
Sal - KG	12.114,41	0,32	3.876,61
Aroma/ temperos - KG	605,72	17,50	10.600,11
Glucomato monossódico - KG	807,63	4,52	3.650,48
Embalagem(pp mono) - KG	33.314,64	6,15	204.885,03
Re-embalagem - Pacotes	360.000,00	0,09	32.400,00
TOTAL DE MATÉRIA - PRIMA - 90.000 FARDOS			280.044,87

PIPOCA	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Milho canjicado - KG	242.105,26	0,41	99.263,16
Açúcar - KG	29.052,63	0,68	19.755,79
Emb. (pp mono/pig.) KG	15.494,74	8,13	125.972,21
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 23.000 FARDOS			244.991,16

SALGADINHO DE TRIGO	QUANT.	P.UNIT	TOTAL R\$
Farinha de trigo - KG	65.454,55	0,67	43.854,55
Gordura de palma - KG	2.454,55	2,06	5.056,36
Emb. (Bopp+Bopp) - KG	1.472,73	14,18	20.883,27
Aroma/ temperos - KG	343,64	17,50	6.013,64
TOTAL DE MATÉRIA-PRIMA - 9.000 FARDOS			75.807,82

TOTAL GERAL MATÉRIA-PRIMA - MARÇO 600.843,84

RATEIO CIFS 3º QUADRIMESTRE

MATÉRIA-PRIMA POR PRODUTO	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
% PARA RATEIO DOS CIFS	280.044,87	244.991,16	75.807,82
	46,61%	40,77%	12,62%

CIFS	TOTAL	SALG. MILHO	PIPOCA	SALG. TRIGO
ENERGIA ELÉTRICA -KWH	76.368,60	35.594,33	31.138,93	9.635,34
GÁS	63.005,67	29.366,06	25.690,26	7.949,36
ÁGUA	11.907,00	5.549,69	4.855,02	1.502,29
DEPRECIACÕES	70.258,00	32.746,27	28.647,36	8.864,38
MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.	40.000,00	18.643,44	16.309,81	5.046,76
MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00	932,17	815,49	252,34
FOLHA PAGAMENTO	168.503,12	78.536,94	68.706,33	21.259,86
FGTS S/ FOLHA	13.184,00	6.144,88	5.375,71	1.663,41
INSS S/ FOLHA - EMPRESA	44.821,78	20.890,80	18.275,86	5.655,12
- (DESC. SALÁRIO FAMÍLIA)	0,00			
PROV. FÉRIAS	14.041,93	6.544,74	5.725,53	1.771,65
PROV. 13º SALARIO	14.041,93	6.544,74	5.725,53	1.771,65
VALE TRANSPORTE	21.852,80	10.185,28	8.910,37	2.757,14
(DESC. VT EMPREGADO)	0,00			
VALE REFEIÇÃO	28.160,00	13.124,98	11.482,10	3.552,92
(DESC. VR EMPREGADO)	0,00			
TOTAL DE CIFS	568.144,82	264.804,31	231.658,29	71.682,22
CUSTO DA PRODUÇÃO	1.168.988,67	544.849,18	476.649,45	147.490,04

IMPOSTOS SOBRE A FOLHA - PARTE DO EMPREGADO

INSS S/ FOLHA - EMPREGADO	14.175,52
IMP. RENDA (IRRF) S/ FOLHA	4.268,92

7.6 ANEXO – IV – VOLUME DE VENDAS E CPV DOS PRODUTOS

VOLUME DE VENDAS E CPV DOS PRODUTOS

VOLUME DE VENDA - 1º QUADRIMESTRE			
PRODUTO	VOLUME	PREÇO	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	320.000	3,2	1.024.000,00
PIPOCA	84.000	8,1	680.400,00
SALGADINHO DE TRIGO	29.200	7,4	216.080,00
TOTAL	433.200		1.920.480,00
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO - 1º QUADRIMESTRE			
PRODUTO	VOLUME	CUSTO UNIT.	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	320.000	1,60	512.757,60
PIPOCA	84.000	5,56	467.150,24
SALGADINHO DE TRIGO	29.200	4,13	120.518,36
TOTAL	433.200		1.100.426,20
		IMPOSTOS S/ VENDAS - 1º QUADRIMESTRE	
		ICMS - 12%	230.457,60
		PIS - 1,65%	31.687,92
		COFINS - 7,6%	145.956,48

VOLUME DE VENDA - FEVEREIRO CFE NF 02			
PRODUTO	VOLUME	PREÇO	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	336.000	3,2	1.075.200,00
PIPOCA	88.000	8,1	712.800,00
SALGADINHO DE TRIGO	32.000	7,4	236.800,00
TOTAL	456.000		2.024.800,00
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO - FEV/07			
PRODUTO	VOLUME	CUSTO UNIT.	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	336.000	1,55	520.585,19
PIPOCA	88.000	5,27	463.952,38
SALGADINHO DE TRIGO	32.000	4,02	128.658,52
TOTAL	456.000		1.113.196,09
		IMPOSTOS S/ AS VENDAS - FEVEREIRO	
		ICMS - 12%	242.976,00
		PIS - 1,65%	33.409,20
		COFINS - 7,6%	153.884,80

VOLUME DE VENDA - MARÇO CFE NF 03			
PRODUTO	VOLUME	PREÇO	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	360.000	3,2	1.152.000,00
PIPOCA	100.000	8,1	810.000,00
SALGADINHO DE TRIGO	36.000	7,4	266.400,00
TOTAL	496.000		2.228.400,00
CUSTO DO PRODUTO VENDIDO - MAR/07			
PRODUTO	VOLUME	CUSTO UNIT.	TOTAL
SALGADINHO DE MILHO	360.000	1,51	544.439,76
PIPOCA	100.000	5,19	518.886,39
SALGADINHO DE TRIGO	36.000	4,09	147.325,88
TOTAL	496.000		1.210.652,53
		IMPOSTOS S/ AS VENDAS - MARÇO	
		ICMS - 12%	267.408,00
		PIS - 1,65%	36.768,60
		COFINS - 7,6%	169.358,40

7.7 ANEXO – VII – FOLHA MENSAL DE PAGAMENTO - DPTO VENDAS

FOLHA MENSAL DE PAGAMENTO - DPTO VENDAS

FUNCIONÁRIO	SALÁRIO BRUTO	H. EXTRAS		SALÁRIO FAMÍLIA	TOTAL RENDIM.	INSS	IR	FGTS	VT	VR	SALÁRIO LÍQUIDO
		QTDE	R\$								
AUGUSTO	1.800,00				1.800,00	198,00	43,24	144,00	83,60	40,00	1.435,15
BERNARDO	1.800,00				1.800,00	198,00	43,24	144,00	83,60	40,00	1.435,15
JOÃO	1.800,00				1.800,00	198,00	43,24	144,00	83,60	40,00	1.435,15
SHEILA	1.800,00				1.800,00	198,00	43,24	144,00	83,60	40,00	1.435,15
CARLOS	550,00				550,00	42,07	0,00	44,00	33,00	40,00	434,92
VAGNER	550,00				550,00	42,07	0,00	44,00	33,00	40,00	434,92
CLÓVIS	550,00				550,00	42,07	0,00	44,00	33,00	40,00	434,92
LÍDIO	550,00				550,00	42,07	0,00	44,00	33,00	40,00	434,92
TOTAL	9.400,00	0,00	0,00	0,00	9.400,00	960,28	172,96	752,00	466,40	320,00	7.480,28

ENCARGOS MENSAIS SOBRE A FOLHA DE VENDAS

INSS S FOLHA - PARTE EMPRESA	2.707,20
VALE TRANSPORTE	871,20
VALE REFEIÇÃO	1.280,00
PROVISÃO DE FÉRIAS	783,33
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO	783,33

PRÓ-LABORE DOS SÓCIOS - VALOR MENSAL

SÓCIO	V. BRUTO	INSS	IR	V. LÍQUIDO
ADRIANO	3.200,00	318,30	267,26	2.614,44
CHARLES	3.200,00	318,30	267,26	2.614,44
JULIO	3.200,00	318,30	267,26	2.614,44
TOTAL	9.600,00	954,90	801,78	7.843,32

ENCARGOS SOBRE PRÓ-LABORE

INSS (20%) = 1.920,00

7.8 ANEXO –VIII – TABELA DE TAXA/ÍNDICE DO IGPM – CONVERSION

Tabela de Taxa/Índice do IGPM - Conversor

Período	IGPM-FGV	ÍNDICES	CONVERSÃO	CONVERSOR
1º Quadrimestre	3,08%	1,0308	IGPM3º/IGPM1º	1,1897
2º Quadrimestre	8,35%	1,1169	IGPM 3º/IGPM2º	1,0981
3º Quadrimestre	9,81%	1,2264	Moeda corrente	-

<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

7.9 ANEXO – IX – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO
PATRIMONIAL

Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial

ATIVO	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
	VA*	AV %	VA*	AV %	VA	AV %
ATIVO CIRCULANTE	1.245.380	20,81	1.538.954	26,58	1.560.735	29,35
• DISPONÍVEL	700.839	11,71	1.122.706	19,39	1.157.639	21,77
CAIXA	132.287	2,21	318.853	5,51	417.058	7,84
BANCOS CONTA MOVIMENTO	568.552	9,50	364.631	6,30	336.941	6,34
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0	0,00	439.222	7,59	403.640	7,59
• REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	323.272	5,40	279.532	4,83	222.675	4,19
CLIENTES	333.270	5,57	294.630	5,09	242.500	4,56
(C) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	(9.998)	(0,17)	(15.098)	(0,26)	(19.825)	(0,37)
• ESTOQUES	221.269	3,70	136.716	2,36	180.421	3,39
MATERIA-PRIMA	200.341	3,35	102.599	1,77	159.728	3,00
PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	20.928	0,35	19.315	0,33	17.591	0,33
PRODUTO ACABADO	0	0,00	14.802	0,26	3.102	0,06
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.739.414	79,19	4.250.092	73,42	3.757.569	70,65
• IMOBILIZADO	4.684.493	77,94	4.185.885	72,31	3.703.593	69,64
MÓVEIS E IMÓVEIS	4.793.580	80,10	4.424.163	76,42	4.029.094	75,76
(C) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(129.087)	(2,16)	(238.278)	(4,12)	(325.501)	(6,12)
• ATIVO DIFERIDO	74.920	1,25	64.208	1,11	53.976	1,01
DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	74.920	1,25	64.208	1,11	53.976	1,01
TOTAL DO ATIVO	5.984.793	100,00	5.789.046	100,00	5.318.304	100,00

PASSIVO	1º Quadrimestre		2º Quadrimestre		3º Quadrimestre	
	VA*	AV %	VA*	AV %	VA	AV %
PASSIVO CIRCULANTE	576.653	9,64	747.956	12,92	671.939	12,63
• OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	576.653	9,64	747.956	12,92	671.939	12,63
FORNECEDORES	323.005	5,40	400.422	6,92	359.637	6,76
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	71.903	1,20	66.362	1,15	60.436	1,14
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	30.148	0,50	25.944	0,45	25.340	0,48
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9.243	0,15	86.991	1,50	60.917	1,15
CONTAS A PAGAR	76.471	1,28	76.169	1,32	67.569	1,27
PROVISÕES	65.883	1,10	92.068	1,59	98.040	1,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
• REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
FINANCIAMENTOS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.408.140	90,36	5.041.090	87,08	4.646.365	87,37
• CAPITAL REALIZADO	5.370.955	89,74	4.957.042	85,63	4.514.388	84,88
CAPITAL SUBSCRITO	5.370.955	89,74	4.957.042	85,63	4.514.388	84,88
• RESERVAS	37.185	0,62	84.048	1,45	131.977	2,48
RESERVA DE LUCROS	37.185	0,62	84.048	1,45	131.977	2,48
TOTAL DO PASSIVO	5.984.793	100,00	5.789.046	100,00	5.318.304	100,00

7.10 ANEXO – X – ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DRE

7.11 ANEXO – XI – ANÁLISE DE ÍNDICES

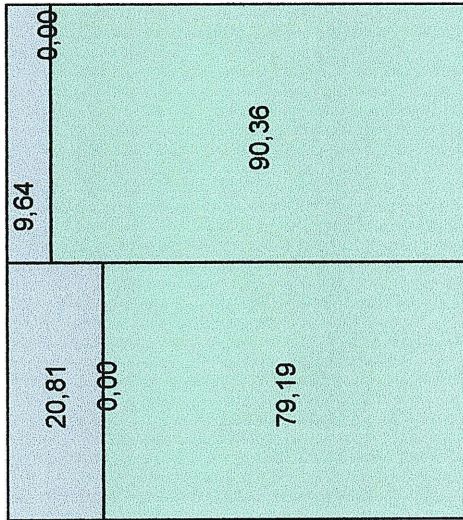
Análise de Índices

GRUPO	DENOMINAÇÃO	ÍNDICES DA EMPRESA			
		Fórmulas	1º Quadr	2º Quadr	3º Quadr
F I N A N C I A L I S T I C A	Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,563	0,730	0,742
	Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$	1,776	1,875	2,054
	Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	2,160	2,058	2,323
	Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$	2,160	2,058	2,323
	Participação do Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	10,66%	14,84%	14,46%
	Composição das Exigibilidades	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	100,00%	100,00%	100,00%
E S T R U T U R A	Imobilização de Recursos Próprios	$\frac{\text{Ativo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	87,63%	84,31%	80,87%
	Capitalização	$\frac{\text{Capitais Próprios Médio}}{\text{Ativo Médio}}$	-	88,75%	87,22%
	Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$	10,33%	14,20%	15,79%
	Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$	-	4,22%	4,99%
A C N O N O L O I M S I E C A	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$	-	4,76%	5,72%
	Produtividade	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Médio}}$	-	0,30	0,32
	Rentabilidade do Ativo	Margem Líquida x Produtividade	-	4,22%	4,99%
	Capital de Giro Líquido	CCL= AC - PC	668.727	790.998	888.796
Capital de Giro Próprio	CCP= PL - ANC	668.727	790.998	888.796	

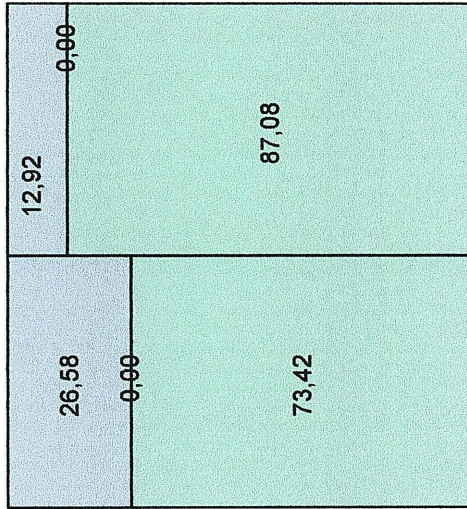
7.12 ANEXO –XII – GRÁFICOS DE REPRESENTATIVIDADE - ANÁLISE VERTICAL
DO BALANÇO PATRIMONIAL

Gráficos de Representatividade - Análise Vertical do Balanço Patrimonial

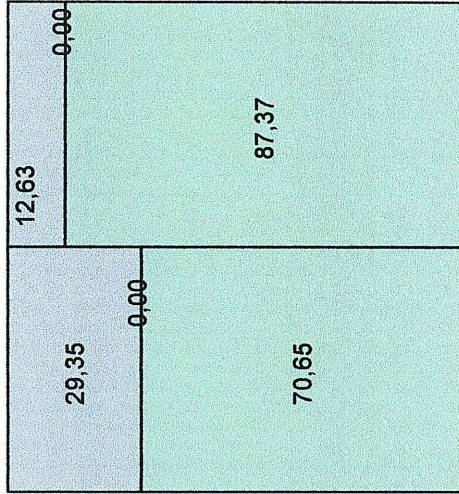
**BP - Análise Vertical
1º Quadrimestre 08**



**BP - Análise Vertical
2º Quadrimestre 08**



**BP - Análise Vertical
3º Quadrimestre 08**



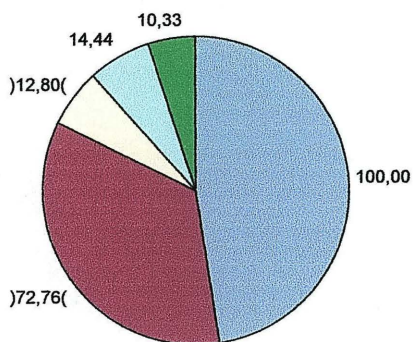
Aplicação de Recursos - Ativo Circulante / Origem de Recursos - Passivo Circulante

Aplicação de Recursos - Ativo Realizável a Longo Prazo / Origem de Recursos - Passivo Exigível a Longo Prazo

Aplicação de Recursos - Ativo Permanente / Origem de Recursos - Patrimônio Líquido

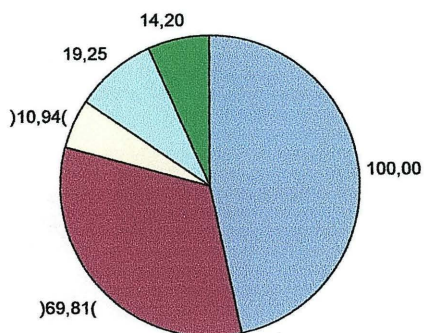
7.13 ANEXO – XIII – GRÁFICOS DE REPRESENTATIVIDADE - ANÁLISE DA
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DRE - 1º Quadrimestre



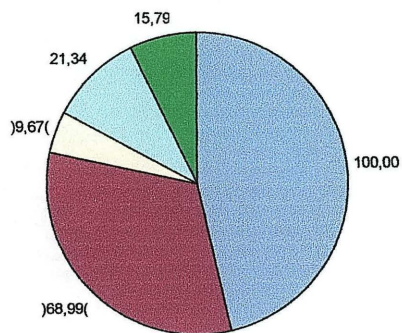
- RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
- CUSTO DE BENS E SERVIÇOS VENDIDOS
- DESPESAS OPERACIONAIS
- LUCRO OPERACIONAL
- LUCRO LÍQUIDO

DRE - 2º Quadrimestre



- RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
- CUSTO DE BENS E SERVIÇOS VENDIDOS
- DESPESAS OPERACIONAIS
- LUCRO OPERACIONAL
- LUCRO LÍQUIDO

DRE - 3º Quadrimestre



- RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS
- CUSTO DE BENS E SERVIÇOS VENDIDOS
- DESPESAS OPERACIONAIS
- LUCRO OPERACIONAL
- LUCRO LÍQUIDO